

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## “Incompetência total”, “destruição do Ministério” e opções “absolutamente erradas” para o sector

Manuela Ferreira Leite arrasa Ministro da Agricultura



### Destaques:

Manuela Ferreira Leite acredita que pode ganhar as eleições legislativas

Pag. 2 e seguintes

Europeias: Paulo Rangel e PSD em Campanha

Em “Actividades do PSD

Cinco propostas para o sistema financeiro: um legado de 4 anos de trabalho

Um artigo do Director do PL e Deputado do PSD, Jorge Neto



# “Incompetência total”, “destruição do Ministério” e opções “absolutamente erradas” para o sector

- Manuela Ferreira Leite arrasa Ministro da Agricultura



A presidente do PSD esteve no dia 16, em Rio Maior, onde assistiu ao último dos dez ‘fora’ Portugal de Verdade, que dedicou à Agricultura, numa sessão que teve como oradores os presidentes da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), João Machado, e da Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), Firmino Cordeiro, e a directora executiva da Associação Florestal de Portugal, Rosário Alves, num debate moderado por Henrique Granadeiro.

Manuela Ferreira Leite, no final, afirmou ser “extremamente” grave o que se está a passar na agricultura portuguesa que, no seu entender, poderia absorver o desemprego que se verifica noutros sectores mas que foi “abandonada” pelo Governo.

“O ambiente que se vive no sector agrícola é talvez o pior de todos os outros sectores”, disse, realçando o sentimento “unânime” de que foi “um sector abandonado, fustigado, com total ausência de medidas”, além das que foram feitas no sentido da sua “destruição”.

Para Manuela Ferreira Leite, é “inaceitável que numa situação de crise” como a actual se estejam “a perder milhões e milhões de euros que podiam entrar no país para ajudar este sector”, que poderia ser um “escape” para o que se está a passar nos restantes sectores da economia.

“E que não venha o ministro agora dizer que essas verbas não foram ainda absorvidas e que daqui a uns anos virão a ser, porque muitas estão totalmente perdidas e não é verdade que sejam recuperáveis”, afirmou.

## Em visita a Rio Maior

A presidente do PSD acusou ainda, mais em detalhe, o ministro da Agricultura de “incompetência total” por ter “destruído” a máquina do Ministério e ter tomado opções “absolutamente erradas” para o sector.

Esta afirmação foi feita na tarde anterior ao “Forum”, em resposta ao pedido de colocar no Governo “um ministro que perceba de agricultura”, feito por Norberto Marques, agricultor na região e na visita a uma plantação de tomate, nos arredores da cidade, após o que também visitou as salinas de Rio Maior.

“Não é uma questão de não perceber de agricultura, é uma questão de opções absolutamente erradas”, disse a líder social-democrata, acusando o Governo de não ter orçamentado as contrapartidas nacionais para obter dinheiros comunitários para o sector, “além de ter destruído a máquina do Ministério”, onde reina agora a “incompetência total”.

Para Manuela Ferreira Leite, “mesmo que se mude o ministro, a orientação é a mesma”, por isso, “é necessário mudar de política e mudar de Governo”.

## Outras intervenções

Na sua intervenção, João Machado acusou o ministro da Agricultura, Jaime Silva, de, apesar de ter tido todas as condições, “nada ter feito”, limitando-se “a governar contra os agricultores, as suas organizações, e contra os funcionários do Ministério”.

No seu entender, nesta legislatura, o Ministério da Agricultura foi “destruído”,

gerando um “desnorte total em todo o sector”.

Além disso, acusou, houve uma devolução de verbas a Bruxelas “de tal maneira inacreditável” que nos últimos três anos foram “desperdiçados centenas de milhões de euros de ajudas, algumas totalmente do orçamento comunitário”.

João Machado realçou que a reforma da Política Agrícola Comum que se vai iniciar em 2009 “é fundamental” mas o futuro da agricultura portuguesa exige “uma reforma do ministro e deste Governo”, o qual acusou de um conjunto de medidas, também na educação e na saúde, que promovem a desertificação do país.

Aguiar Branco justificou a escolha de Rio Maior e da agricultura para o último Foro Portugal de Verdade como forma de o PSD mostrar que esta não é “o parente pobre” da nossa economia.

Segundo disse, os foros serviram para combater “o maior défice do país, o da participação”, assegurando que 10.000 pessoas acompanharam as sessões realizadas ao longo dos últimos quatro meses.

Henrique Granadeiro deixou dois apelos, a que as eleições legislativas e autárquicas se realizem em simultâneo e que haja uma verdadeira avaliação do “Estado da Nação”, lamentando a ausência de um orçamento rectificativo que permita ter uma “visão global” da verdadeira situação do País.

## Entrevista ao Público e Renascença

Manuel Ferreira Leite acredita que pode ganhar as eleições legislativas. Esta convicção foi manifestada numa entrevista ao jornal «Público» e à Rádio Renascença, em que a líder do PSD disse ainda que se chegar à chefia de Governo poderá congelar os salários dos funcionários públicos.

«Aumentarei sempre os vencimentos dos funcionários públicos se houver dinheiro para os pagar», disse a líder social-democrata, sublinhando que «se não houver dinheiro» não sente que haja condições para «aumentar impostos».

Ferreira Leite afirmou que sente que tem condições para chegar ao Governo. Mas não pede uma maioria absoluta. «Eu gostava de ganhar as eleições. Penso que as posso ganhar e é para isso que estou a trabalhar e estou motivada para tal», apontou. «Eu não vou dizer aos portugueses que é muito bom que haja uma maioria absoluta. Em nome de quê? Em nome de estabilidade governativa? Nós tivemos um Governo de maioria que acabou na dissolução do parlamento», apontou.

## A presidente no “Bilderberg”

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, desloca-se no penúltimo fim-de-semana à Grécia, para participar como convidada na conferência anual do grupo Bilderberg.

A presidente do PSD regressou a Portugal no sábado. O grupo Bilderberg reúne-se anualmente desde 1954. Nos seus encontros, que têm carácter sigiloso e são restritos a convidados, participam personalidades mundiais da política e das empresas. - Fontes: Gab. PSD, Lusa. Fotos arquivo PL







# “Apagão” de milhares de trabalhadores das listas do desemprego, tem de ser “bem esclarecido” pelo Governo



pregados para a rubrica de empregados à procura de emprego, feita apenas por dois ou três dias para justamente manipular os números”, acrescentou.

## Europeias: Rangel e PSD em Campanha

O cabeça de lista do PSD às eleições europeias exortou o Governo a dar mais apoio às instituições de solidariedade social, criticando o que chamou de “espécie de monopolismo de Estado no apoio social”.

“Aquilo que nós apelamos ao Governo, no contexto de combate à crise e nomeadamente às necessidades sociais, é para que dê mais apoio às instituições de solidariedade social e que esteja menos preocupado em fazer ele próprio, em querer cobrar ele próprio a factura social”, disse Paulo Rangel, em Leiria, e após uma acção de pré-campanha de manhã na cidade de Alcobaça vocacionada para a área social.

O candidato afirmou que o PSD é defensor do modelo social europeu “em que sejam as instituições da sociedade civil a prestar o apoio social”.

“O modelo social europeu não é um modelo estatizado, é um modelo de apoio às instituições da sociedade civil e nós estamos a assistir infelizmente em Portugal a uma espécie de monopolismo de Estado no apoio social”, criticou Paulo Rangel, sublinhando que “muitas vezes [o Estado] dá mau apoio social”.

Rangel lembrou que o “PSD já fez várias vezes propostas no Parlamento, que aliás foram reprovadas pelo PS, no

sentido de que se desse apoio às instituições de solidariedade social que estão a perder muitas das suas receitas porque as pessoas que pagavam deixaram de poder de pagar”.

Paulo Rangel defendeu que, nestes casos, deveria haver “uma substituição pelo Estado durante algum tempo nesse apoio” para que as pessoas não o perdessem e “para que as instituições pudessem continuar com o mesmo nível de qualidade nas suas prestações”.

“É muito melhor pôr as instituições a trabalhar, muitas vezes prestar o serviço em vez de passar o cheque, e passar o cheque à instituição social porque essa sim está em condições de prestar o serviço com qualidade, com proximidade e com humanidade que é uma coisa que falha muitas vezes no apoio social do Estado que é mais despersonalizado e que é sempre mais longínquo das pessoas”, observou.

O cabeça de lista do PSD às eleições europeias salientou que medidas de apoio às instituições de solidariedade social “faz mais sentido nas alturas de crise grave como é esta”, em que “há muita gente desempregada” e em “situação precária”.

Para Paulo Rangel, o apoio a estas pessoas deve ser feito “através dos mediadores sociais que são as instituições de solidariedade social e não através directamente o Estado”, insistindo para que esteja “atento à situação aflitiva em que estão muitas instituições”.

“O Estado devia dar apoio, enquadramento a estas instituições num momento de emergência social”, declarou ainda o

O PSD acusou hoje o Governo, no dia 18, de manipular os números do desemprego e anunciou que vai chamar ao Parlamento o presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional para esclarecer “o apagamento de milhares de desempregados”.

Baseando-se na notícia hoje divulgada pelo Diário do Notícias, segundo a qual o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) eliminou do seu sistema 15 mil desempregados em Março tendo depois repostos cerca de 10 mil dessas pessoas, Paulo Rangel admitiu que tenha havido intencionalidade.

“Parece que houve aqui uma manipulação para evitar esse número do meio milhão de desempregados, o que é absolutamente inaceitável”, disse aos jornalistas, no Parlamento.

Confrontado com o facto de o IEFP invocar que se tratou de um erro, Paulo Rangel reiterou que “é uma coincidência infeliz que evita chegar ao meio milhão de desempregados” e defendeu que “é preciso esclarecer o que se passou”.

“Mas nós estamos aqui a adicionar a isso uma outra coisa: É que existe uma deslocação informaticamente feita todos os meses por um programa, o aplicador, da rubrica de desempregados para uma rubrica de pessoas que estão à procura de emprego mas estão empregadas”, alegou.

“Estamos aqui a dar uma nova denúncia também”, frisou o líder parlamentar do PSD.

Paulo Rangel anunciou em seguida que o PSD vai “naturalmente ouvir o ministro Vieira da Siva sobre esta matéria já esta semana uma vez que ele vem cá ao Parlamento” e vai “chamar o presidente do IEFP para ele vir explicar esta situação gravíssima do desemprego”.

“Infelizmente os portugueses estão a viver um drama tremendo com o desemprego e o Governo anda a manipular os números, o que em nada contribui para resolver o problema, pelo contrário”, acusou o social-democrata, defendendo que “só com realismo, só com verdade é

que este problema pode ser enfrentado”.

Paulo Rangel assinalou que se há desempregados mensalmente deslocados “para a rubrica de empregados à procura de emprego” isso “evita que essas pessoas sejam classificadas como desempregados de longa duração todos os meses e estejam ao abrigo dos regimes especiais que há para essas pessoas, porque no fundo são dadas como empregadas todos os meses por um dia ou por dois dias, justamente por manipulação estatística”.

“O Governo vai ter de explicar se esta manipulação de 15 mil desempregados foi feita para evitar atingir o meio milhão de desempregados. O Governo vai ter de explicar se está a existir sistematicamente todos os meses a utilização de um programa informático que desvia desem-







candidato.

Na parte da tarde do mesmo dia, Paulo Rangel dedicou a acção de pré-campanha a questões económicas, com a visita à Feira de Maio, em Leiria, seguindo para a Batalha, onde vai visitar o Salão de Mobiliário para a Casa.

À noite, o cabeça de lista do PSD vai esteve em Ourém, num jantar de apresentação dos candidatos à Câmara e às Assembleias de Freguesia do concelho.

### Em Castelo Branco

Paulo Rangel esteve no dia 17 em Castelo Branco e afirmou que o Governo “está a prejudicar a imagem de Portugal” ao manter Lopes da Costa na presidência do Eurojust. O líder do GP do PSD e cabeça-de-lista social-democrata disse que “neste momento há um grande mal estar na Europa com esta situação [do processo disciplinar que foi movido a Lopes da Mota pelo Conselho do Ministério Público por alegada interferência no caso Freeport] e acusa o Governo de José Sócrates de não “acautelar os interesses de Portugal”.

“Pelo contrário está a prejudicar a imagem de Portugal ao manter em funções uma pessoa que admitiu utilizar indevidamente o nome do ministro da Justiça”, acusa.

“A simples admissão de que houve uma instrumentalização, uma utilização indevida do nome do ministro da Justiça, desqualifica a pessoa que faz esta admissão para o exercício da representação de Portugal” disse Paulo Rangel.

O candidato do PSD às Europeias afirmou que agora “já não interessa se há pressões ou não”. “Como é que pode estar, para a imagem de Portugal em representação externa do país ao mais alto nível, alguém que admite que é capaz de utilizar indevidamente o nome do ministro da justiça” questiona o candidato social democrata.

Paulo Rangel estranha o silêncio do PS nesta questão, dizendo que os socialistas passaram “da ambiguidade para o silêncio nesta questão”.

“Se o próprio admite que usa o nome do ministro da justiça sem razão, isto é suficientemente grave para que o seu afastamento esteja na ordem do dia” diz Paulo Rangel que acrescenta “esta situação põe a imagem externa de Portugal em causa, e retira qualquer idoneidade para o exercício do cargo”, conclui.



### Iniciativa histórica uniu 14 secções concelhias de Braga

Numa iniciativa “histórica” e congregadora, a Comissão Política Distrital do PSD de Braga mobilizou, no dia do 35º aniversário do partido, dia 9 de Maio, todas as 14 secções concelhias, reunidas em simultâneo, com convidados especiais. O cabeça-de-lista às Eleições Europeias, Paulo Rangel, e José Manuel Fernandes, candidato pela mesma lista, estiveram presentes nas sessões de Braga e Vila Verde.

Com o objectivo de concertar estratégias, reflectir sobre todos os escrutínios que se seguem, Europeias, Autárquicas e Legislativas, a Comissão Política Distrital, presidida por Virgílio Costa, quis dar o seu contributo para o reforço de uniões internas, aproveitando a efeméride. O líder considera que a iniciativa de ter 14 secções reunidas em simultâneo, cada uma na sua sede local, “é única em toda a história do partido”, exige motivação e empenho por parte dos presidentes de secção, militantes e até amigos do partido que quiseram marcar presença.

Cada sessão teve um convidado,

dos quais se destacaram, além de Paulo Rangel, os deputados José Pedro Aguiar Branco, Miguel Macedo ou Jorge Pereira, entre vários outros nomes ligados ao Conselho Consultivo da Comissão Política Distrital. Em Braga e Vila Verde, onde se aproveitou também para assinalar o Dia da Europa, Rangel fez um importante apelo ao voto e sublinhou que o presente resultado nas Europeias, ainda que independente das eleições que se seguem, serão um importante sinal de como se posiciona o País e podem constituir uma mensagem clara dos eleitores às actuais políticas governamentais.

Convicto de que o PSD tem tudo para vencer cada etapa que este ano se lhe apresenta, Paulo Rangel considerou que é preciso fazer uma “revolução silenciosa”, instando os presentes a não virarem costas à luta cívica que poderá marcar a viragem do País, antes das autárquicas e legislativas. Também José Manuel Fernandes, único candidato elegível no distrito, pediu a ajuda da região, já que considera ser uma honra para todos o facto de ter sido escolhido para oitavo da lista ao Parlamento Europeu.

### Manifesto do PS tem erros de tradução

Em Braga, recebido pela secção concelhia liderada por João Granja, o candidato Paulo Rangel foi mais cáustico e ironizando a propósito do manifesto do PS apresentado no dia anterior, questionou se os 3% de estímulo fiscal previsto pelos socialistas não terá resultado de um “erro de tradução” do documento europeu. “Anda a negá-lo todos os dias e agora prevê alterações fiscais? Esta contradição pode ser para muitos uma surpresa. Para mim não é. O PS já nos habituou a contradições atrás de contradições”, disse, questionando: “Quer dizer, o PS não aceita mexer nos impostos, na Taxa Social Única, não quer extinguir o Pagamento Especial por Conta ou agillizar o IVA e agora prevê 3% de estímulo fiscal?”.

Para o jurista não há dúvidas: “Ou foi

um erro de tradução do inglês e eles queriam dizer estímulo orçamental ou não foi e está mal na mesma, pois trata-se de mais uma contradição”, advogou, criticando também o anúncio governamental de mil milhões de euros para a agricultura, que já foi tornado público quatro vezes desde o início do ano. “Quem ouve, pensa que se trata de quatro mil milhões de euros, mas não são. São sempre os mesmos. É o sector da agricultura deixado em pousio pelo PS. Só que em vez de durar um ano, este pousio dura há quatro”, acrescentou.

Rangel considerou um crime de “lesapátria”, todos os fundos comunitários que deixaram de vir para Portugal, que ficaram por usar “porque o PS atrasou a sua aplicação por questões eleitorais”.

“Esperavam vir a aplicá-los no primeiro semestre deste ano, para fazer um número eleitoral, mas o Governo foi apanhado na curva”. “Se não fossem estes atrasos, não estaríamos mergulhados numa crise tão profunda”, assinalou.

O cabeça-de-lista social-democrata ao Parlamento Europeu, Paulo Rangel, afirmou à agência Lusa que “não está, de todo” nos seus planos vir a liderar o PSD e que prefere actualmente o combate europeu ao nacional.

Em entrevista à agência Lusa, Paulo Rangel foi confrontado com o facto de haver quem indique o seu nome como possível líder do PSD no futuro, como o antigo militante do partido José Miguel Júdice, que considerou que um bom resultado nas europeias reforçará essa possibilidade.

Questionado se isso está nos seus planos, Paulo Rangel respondeu que “não”.

“Não está, de todo. É tão simples quanto isso”, acrescentou o cabeça-de-lista do PSD às europeias e presidente do grupo parlamentar social-democrata.

Por outro lado, interrogado sobre se faz sentido deixar agora o combate político em Portugal, do qual se tornou um dos protagonistas principais nesta legislatura, Paulo Rangel considerou que “faz todo o sentido” a sua ida para o Parlamento







Europeu no actual contexto.

Questionado se não preferia ficar no país ao lado da presidente do PSD, afirmou: “Eu estarei sempre ao lado da doutora Manuela Ferreira Leite, mas, sinceramente, neste momento, prefiro o combate europeu. Se não o preferisse, não teria aceite o desafio que me foi feito”.

“É preciso ver é se há convicção europeia, o que é o caso, e se há vocação para o exercício das funções. E, por outro lado, ir para a Europa não significa estar desatento ao debate nacional como, aliás, o percurso de muitos eurodeputados bem demonstra”, argumentou Rangel, assegurando que vai “continuar completamente focado também na actualidade nacional”.

Questionado se pode garantir de que cumprirá os cinco anos de mandato no Parlamento Europeu, o cabeça-de-lista do PSD respondeu: “Isso não posso garantir, como ninguém pode. Exactamente nas mesmas condições em que ninguém pode, não posso. Agora, que essa é a minha firme intenção, é”.

Por outro lado, na entrevista à agência Lusa Paulo Rangel considerou que “foi uma decisão acertada” Portugal organizar em 2003 a Cimeira das Lajes, que antecedeu a intervenção militar no Iraque por uma coligação liderada pelos Estados Unidos.

“Tendo em conta os dados da conjuntura e aquela que é posição geoestratégica de Portugal, que é uma posição euroatlântica, muito traçada pela relação com os Estados Unidos e pela relação com o Reino Unido, eu julgo que Portugal não esteve mal”, afirmou.

“As avaliações à posteriori têm que ter em conta outros dados, mas a avaliação no momento, com os dados que existiam, parece-me que é uma avaliação que está de acordo com os interesses geoestratégicos de Portugal”, reforçou.

Segundo Paulo Rangel, “houve informação que foi errada, disso não há dúvida nenhuma, quanto às armas de destruição maciça” e “porventura hoje as opções seriam outras”, mas com o conhecimento da altura parece-lhe que “foi uma decisão acertada”.

Sobre o resultado para o mundo e, em particular, para a União Europeia, do período de mandato do ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush, para o cabeça-de-lista do PSD “não foram dos anos melhores”.

“Há aspectos que foram importantes na presidência de George Bush, designadamente a luta contra o terrorismo numa fase inicial. A reacção ao 11 de Setembro,



a reacção inicial, acho que foi positiva. Depois disso penso que, sinceramente, o balanço não é um balanço positivo. E não é tanto na relação com a União Europeia, é em termos globais, portanto, em termos mundiais”.

### Rangel em Setúbal

O líder parlamentar Social-Democrata Paulo Rangel, reiterou hoje a necessidade de um Orçamento rectificativo perante aquilo que classificou como um “panorama bastante negro” da economia nacional.

Paulo Rangel, que almoçava em Setúbal com várias associações que trabalham nos bairros críticos do concelho, classificou os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgados hoje, como “muito, muito negativos”, principalmente, destacou, os dados relativos aos desemprego.

“O dado do desemprego é extremamente negativo e significa que as medidas que o Governo quis tomar já desde Outubro continuam sem surtir qualquer efeito, o que aliás já foi antecipado pelo PSD”, apontou o líder parlamentar dos sociais-democratas, referindo-se à taxa de desemprego que atingiu os 8,9 por cento

no primeiro trimestre de 2009.

No entanto, de acordo com Paulo Rangel, há um dado “ainda mais crítico”.

“É que no mesmo dia em que taxa de desemprego aparece com 8,9, portanto praticamente nos 9 por cento, a previsão do Governo para 2009 é 8,8. O que quer dizer que quando o Governo faz as suas previsões elas já estão ultrapassadas pela realidade e isto significa que não nos merecem credibilidade”, criticou.

Para Paulo Rangel, o Governo de José Sócrates “continua a querer esconder a realidade e a não querer lidar com a crise tal qual ela é”.

Outro dado “preocupante” para o líder da bancada parlamentar do PSD é o défice, que passa para 5,9 por cento, o que “justificaria em toda a sua extensão um Orçamento rectificativo”.

“Claro que o ministro [das Finanças] se defende com a ideia que não há derrapagem na despesa, mas neste momento o Orçamento que existe não tem qualquer credibilidade porque está totalmente desajustado à realidade e, portanto, impunha-se a substituição desse Orçamento”, defendeu Rangel.

Os dados divulgados hoje pela estimativa rápida do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que no primeiro trimestre do ano a economia caiu pelo terceiro trimestre consecutivo, recuando 1,5 por cento nos primeiros três meses do ano em relação aos últimos três meses de 2008, com o Produto Interno Bruto (PIB) a cair 3,7 por cento em termos homólogos.

Nos últimos três meses de 2008, o PIB contraiu-se 1,9 por cento face ao trimestre anterior, um valor revisto em baixa face aos 1,6 por cento revelados anteriormente.

A taxa de desemprego atingiu os 8,9 por cento no primeiro trimestre de 2009, o que representa um agravamento face aos 7,6 por cento do período homólogo de 2008, indicando os dados do INE que a taxa de desemprego nos três primeiros meses do ano sofreu um aumento de

1,3 pontos percentuais em relação ao valor observado no período homólogo e 1,1 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior.

Este valor fica acima das previsões do Governo para o conjunto do ano (8,5 por cento) e é pior do que esperavam os analistas contactados quinta-feira pela Lusa, que em média apontavam para a taxa de desemprego chegasse aos 8,5 por cento até Março.

### Trabalho de campanha em Sines

Paulo Rangel, afirmou, na semana passada, em Sines, que “as pescas têm sido abandonadas” pelo Governo de José Sócrates” e alertou para o endividamento dos pescadores.

“A primeira conclusão que nós podemos tirar e que é extremamente importante ter presente é que as pescas têm sido abandonadas por este Governo. Eu devo dizer que pior do que a agricultura, só mesmo as pescas”, afirmou Paulo Rangel hoje, em Sines, junto às docas, após ter reunido com a Associação de Armadores de Pesca Artesanal da Costa Vicentina.

Na reunião com Paulo Rangel, a associação de armadores fez um “conjunto de queixas” relativas às “linhas de crédito”, que “não têm qualquer garantia do Estado”, e também à “questão da burocracia”.

“Verificámos aqui um conjunto de queixas, por um lado quanto às linhas de crédito, não têm qualquer garantia do estado e por isso os pescadores, os armadores estão extremamente sobreendividados, não podem aceder a esse crédito”, frisou o candidato social-democrata.

“Há uma falta já de pessoas para virem trabalhar no sector das pescas, que é uma falta estrutural, e com este tipo de dificuldades burocráticas torna-se ainda mais difícil”, asseverou.

“A pesca está a viver uma fase muito complicada, uma fase em que os próprios fundos não chegam aos pescadores, não chegam aos armadores, em que o Governo não revela qualquer capacidade de diálogo”, acusou Paulo Rangel.







“Tudo está ainda como estava há 20 anos ou há 30 anos e, nesse sentido, isso cria imensas dificuldades a quem quer fazer da pesca, não apenas uma actividade artesanal, mas uma actividade empresarial”, afirmou.

Como soluções, Paulo Rangel aponta “mexer no programa de linha de créditos” e “a simplificação de procedimentos”, que assume como “um compromisso que o PSD tem no seu programa eleitoral para as europeias”.

“O Governo português não tem feito ver em Bruxelas, junto da União Europeia, que 90 por cento deste sector é um sector artesanal”, acusou.

“E portanto muitas vezes os pescadores e os armadores portugueses são altamente penalizados porque são tratados como se fizessem pesca industrial quando aquilo que eles fazem é pesca artesanal, para a qual seria necessário outro tipo de regras”, concluiu.

Depois do contacto com os armadores e pescadores, em Sines, Paulo Rangel reúne ainda hoje com Associações e Instituições que trabalham em bairros críticos de Setúbal e com a Associação de Comerciantes de Évora e a Associação de Agricultores do Distrito de Évora.

### Vital e Sócrates não se entendem... (ou entendem-se bem demais?)

No passado dia 14, o PSD alegou hoje que o PS e o cabeça-de-lista daquele partido às eleições europeias, Vital Moreira, estão em contradição sobre o caso Freeport e outras matérias para “agradar a gregos e a troianos”.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o líder do grupo parlamentar social-democrata e cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, assinalou a declaração de Vital Moreira segundo a qual suspenderia as funções de membro nacional da Eurojust se estivesse no lugar do procurador Lopes da Mota. O procurador-geral da República decidiu instaurar um processo disciplinar a Lopes da Mota, na sequência da conclusão de um inquérito sobre alegadas pressões em relação aos magistrados que investigam o caso Freeport.

“O PSD considera muito importante que houvesse um afastamento, pelo menos durante o processo disciplinar, se não mesmo a exoneração, do procurador Lopes da Mota do cargo de procurador nacional da Eurojust. Agora vemos que somos acompanhados por uma parte do PS, que é o cabeça-de-lista do PS”, declarou Paulo Rangel.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, as declarações de Vital Moreira mostram que é favorável ao afastamento de Lopes da Mota: “Ele sabe muito bem qual é o sentido das palavras que está a usar, senão não dizia nada. Se ele não defendesse o afastamento do procurador Lopes da Mota mantinha o silêncio sobre esse assunto”.

“Esta é mais uma contradição entre o candidato do PS às europeias e a posição do PS e do Governo. Temos de registar que há uma profunda ruptura, há um corte entre as opiniões do cabeça-de-lista do PS e as opiniões do PS e do Governo quanto à questão do caso Freeport e das pressões no caso Freeport”, acrescentou.

Paulo Rangel exigiu que o PS diga “qual é, afinal, a sua posição sobre esta matéria, se é a de José Sócrates, se é a de Vital Moreira”, alegando que “estão em discordância, em quebra, porque querem abranger um leque, ter todas as posições e mais alguma”.

“Não podem querer estar a fazer o pleno e ter todas as posições porque isso é muito confortável. Um diz uma coisa, outro diz outra e agradam a gregos e a troianos. Assim o eleitorado que acha de uma maneira revê-se num, o eleitorado que acha de outra maneira revê-se noutra. Isto não pode ser, não pode passar incólume”, contestou.



O cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias referiu que “o candidato Vital Moreira já tinha discordado na questão do presidente da Comissão Europeia e na questão sobre o debate de questões europeias e nacionais”.

Além de manifestar posições contrárias às do PS, Paulo Rangel sustentou que Vital Moreira faz declarações contraditórias: “Numa entrevista à Lusa diz que tem de haver disciplina de voto e que está contra as dissensões de Manuel Alegre e depois quer para ele todas as excepções, para ele e para os candidatos da lista dele quer toda a liberdade”.

“Os deputados do PS têm de estar sujeitos a disciplina de voto, mas se forem eurodeputados já não têm disciplina de voto nenhuma nem têm de estar de acordo com as orientações do partido. Isto revela uma grande contradição e incoerência”, reiterou.

### Critica áspera de Rangel a Sócrates sobre debates quinzenais

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, acusou hoje o primeiro-ministro, José Sócrates, de recusar debates quinzenais “durante mais de um mês” e exigiu que explique “porque tem medo de vir ao Parlamento”.

Em declarações aos jornalistas, a meio da reunião do grupo parlamentar do PSD, no Parlamento, Paulo Rangel

declarou-se “profundamente indignado com a circunstância de o senhor primeiro-ministro se recusar durante mais de um mês a fazer debates quinzenais”.

“O senhor primeiro-ministro vai faltar por completo às suas obrigações no Parlamento. Isto tem de ser denunciado. O senhor primeiro-ministro tem de dizer porque é que tem medo de vir ao Parlamento explicar as políticas e submeter-se ao contraditório”, acrescentou o líder parlamentar do PSD e cabeça-de-lista daquele partido às eleições europeias.

Paulo Rangel exigiu “esclarecimentos públicos do Governo sobre a razão pela qual o senhor primeiro-ministro não quer

enquanto cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias “estava disposto a interromper a campanha” para debater com o primeiro-ministro, cumprindo a sua “obrigação parlamentar”.

“Enquanto se mantiver a minha obrigação parlamentar, e vai manter-se até às eleições, como é evidente, eu tenho de a cumprir e, portanto, cá estaria para a cumprir. Na eleição do Provedor de Justiça estarei naturalmente presente”, disse.

“O primeiro-ministro quer furtar-se aos debates quinzenais. Isto nem sequer é uma coisa nova. Já havia uma tentativa de estender os prazos, passou a vir de três em três semanas. Agora isto ultrapassa todos os limites”, rematou Paulo Rangel, reiterando a acusação de que José Sócrates quer “fugir ao contraditório no Parlamento”.

### Uma conferência na faculdade de Direito de Lisboa: “Panorama negro no Ensino Superior”

No passado dia 12, cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, durante uma conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa organizada pela JSD e moderada pelo secretário-geral da organização de juventude do PSD, António Leitão Amaro, traçou um “panorama negro” do Ensino Superior português, acusando o Governo de ter desperdiçado fundos comunitários para evitar ser escrutinado pela União Europeia (UE).

O cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias terminou a sua intervenção dizendo que a situação do Ensino Superior português corresponde a um “quadro triste de menos investimento, de desperdício de fundos” e que a governação socialista conduziu ao “desmantelamento do sistema científico”.

“Portanto, é no fundo um panorama negro”, concluiu Rangel, alegando que houve fundos destinados a programas nesta área que o Governo “se recusou a adoptar porque exigem monitorização e um controlo muito apertado por parte de Bruxelas”.

“Muitas vezes foi a fuga ao escrutínio que fez com que nós desaproveitássemos fundos. Isto tem de ser denunciado”, acusou.

Antes, Paulo Rangel apontou indicadores como a percentagem de jovens com o Ensino Superior completo, que disse ser de 9,4 por cento no caso português, e considerou que “Portugal está numa situação muito má, muito abaixo da qualificação europeia”.

De acordo com Rangel, essa percentagem está relacionada com o investimento de Portugal no Ensino Superior, que qualificou de “muito fraco”.

“O que é grave é que o investimento caiu para 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), quando o normal era que progredisse”, criticou, assinalando que a UE quer que o investimento no Ensino Superior aumente para os dois por cento, meta que disse apoiar.

Paulo Rangel declarou-se a favor de uma aposta da UE na inovação que não implique cortes nos fundos de coesão e propôs “um ‘simplex’ para os reconhecimentos de diplomas”, que favoreça a circulação de pessoas dentro da União.





### Miguel Frasquilho no Parlamento

O PSD considerou, no dia 15, que Portugal está sem contas porque o Governo se recusa a rectificar o Orçamento do Estado e acusou o executivo socialista de não falar verdade e apresentar previsões já desactualizadas.

Em declarações no Parlamento, o deputado do PSD Miguel Frasquilho antecipou que a economia portuguesa “ainda não bateu no fundo” e defendeu que o Governo podia “gastar um pouco mais”, privilegiando os apoios sociais e fiscais em detrimento do investimento público.

Miguel Frasquilho reagiu desta forma aos dados sobre a evolução da economia portuguesa e da taxa de desemprego hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e às novas previsões do Governo hoje anunciadas.

O deputado do PSD assinalou que, segundo o INE, no primeiro trimestre deste ano “a taxa de desemprego atingiu 8,9 por cento, o maior valor desde o primeiro trimestre de 1986, portanto, o maior valor em 23 anos”.

Tendo em conta o valor do primeiro trimestre, o social-democrata qualificou de “extraordinário que o senhor ministro das Finanças tenha vindo dizer que estima uma taxa de desemprego de 8,8 por cento para o conjunto do ano”.

“Isto significa que as projecções do Governo mal foram acabadas de apresentar já estão completamente desactualizadas e descredibilizadas”, sustentou, argumentando “o desemprego tem um desfazamento em relação à evolução da economia” e, por isso, “a tendência do desemprego é para se agravar”.

“Lamentamos profundamente que o Governo continue sem falar verdade aos portugueses, em particular numa matéria tão sensível como é o desemprego”, acrescentou Miguel Frasquilho.

Quanto às restantes previsões do Governo, Miguel Frasquilho sublinhou que são, “em geral, mais optimistas do as do Banco de Portugal, da Comissão Europeia e do próprio Fundo Monetário Internacional”.

Na sua opinião, “ainda não terá sido no primeiro trimestre deste ano que batemos no fundo em termos económicos”.

Por outro lado, o deputado do PSD criticou o Governo por não

ter anunciado “quando é que apresenta um orçamento rectificativo ou suplementar, a terminologia pouco importa”.

“Portanto, temos um país que não tem contas, que anda à deriva, um Governo que é reactivo em vez de antecipar os acontecimentos e de os resolver”, concluiu.

O social-democrata considerou ainda que “o Governo não está a fazer tudo o que podia”, referindo que “os auxílios que têm sido prestados à economia e que estão já calendarizados chegam a cerca de 1,3 por cento do PIB, quer em 2009, quer em 2010”.

“Essa ajuda é claramente inferior à média dos outros países da Europa. Portanto, não me surpreendem estes resultados que estão a acontecer na economia portuguesa”, acrescentou.

No seu entender, o Governo “podia, de facto, gastar um pouco mais ou conceder benefícios de outra ordem de grandeza porque em 2009 e 2010 ninguém vai olhar muito para o indicador do défice” e, em vez de prestar “ajudas que levam mais tempo a chegar à economia, como é o caso do investimento público”, deveria seguir o apostar “em medidas na área social e na área fiscal” como o PSD tem proposto.

### Aguiar Branco defende afastamento de Lopes da Mota



O vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco defendeu que a abertura de um processo disciplinar ao procurador Lopes da Mota obriga o Governo a afastá-lo de presidente da Eurojust.

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, determinou hoje a abertura de um processo disciplinar a Lopes da Mota, na sequência da conclusão de um inquérito sobre alegadas pressões exercidas sobre os magistrados responsáveis pelo caso Freeport.

“A decisão de avançar com um processo disciplinar com base em factos apurados no inquérito obriga o Governo a tomar as medidas necessárias a proceder ao afastamento do senhor presidente da Eurojust”, declarou José Pedro Aguiar Branco aos jornalistas, na sede nacional do PSD.

“Primeiro, porque as pressões visavam objectivamente proteger o senhor primeiro-ministro. Em segundo lugar, porque a representação externa de Portugal num organismo desta natureza não pode compadecer-se com alguém que tem sobre si a suspeição que leva a determinar a existência de um processo disciplinar com estas características”, justificou Aguiar Branco.

De acordo com o vice-presidente do PSD, Lopes da Mota “deixa de ter condições para continuar a exercer as funções de presidente da Eurojust”, unidade de cooperação judiciária da União Europeia (UE), e esta é “uma boa oportunidade para o Governo fazer algo em benefício da credibilidade da justiça”.

“A Eurojust é o órgão da UE responsável pela articulação entre as autoridades judiciais de cada Estado-membro e, no caso concreto, das autoridades inglesas e portuguesas que investigam o caso Freeport”, referiu o vice-presidente do PSD, insistindo que “o Estado português não pode estar representado num organismo com estas características por alguém sob quem recai este tipo de suspeitas”.

“Com a instauração de um processo disciplinar fica fragilizada essa posição de representação externa e o que o Governo deve fazer é actuar no sentido do afastamento do senhor procurador Lopes da Mota”, reforçou.

Questionado se está “preocupado com a forma como o processo Freeport tem decorrido”, Aguiar Branco respondeu que “não é isso que está em causa aqui, o que está em causa aqui é um processo de inquérito, findo o qual os factos apurados determinaram o avançar com um processo disciplinar”.

Interrogado sobre eventuais conclusões a tirar sobre o comportamento do ministro da Justiça, o social-democrata respondeu que “não está apurado nada” quanto a isso, tanto quanto sabe, e que “não é essa a razão” da declaração de hoje do PSD aos jornalistas.

### PSD “arranca” a Sócrates um compromisso sobre Lopes da Mota

O PSD voltou a pedir a exoneração de Lopes da Mota de membro nacional da Euro-

just, defendendo que o Governo tem esse poder, enquanto o primeiro-ministro contrapôs que isso compete ao Procurador-Geral da República.

Durante o último debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, perguntou a José Sócrates se Lopes da Mota “merece a confiança do Governo ao ponto de o Governo não diligenciar no sentido da exoneração deste magistrado”.

De acordo com Paulo Rangel, Lopes da Mota, “mesmo que não venha a ser punido por pressões, admitiu um comportamento completamente contrário à ética e à deontologia de um magistrado, que é falar sobre o caso com as pessoas que estão a investigar e no sentido de influenciar uma certa decisão”.

Para a nomeação do membro nacional da Eurojust “tem que haver, é certo, uma proposta do procurador-geral da República, mas é uma competência partilhada, e portanto o Governo tem aqui a palavra principal”, defendeu o dirigente social-democrata.

Na resposta, o primeiro-ministro começou por acusar o PSD de não ter outra agenda nos últimos meses além da “agenda Freeport” e contestou que o Governo tenha o poder de exonerar Lopes da Mota, contrapondo que isso compete ao procurador-geral da República. “Isso compete à iniciativa do senhor procurador e a confiança é do senhor procurador. Em tudo o que diz respeito às competências do membro nacional do Eurojust em território nacional isso é da dependência do senhor procurador”, disse.

A propósito das condições de Lopes da Mota para se manter como membro nacional do Eurojust, José Sócrates assinalou, contudo, que “a decisão foi de abrir um processo, não foi nem de fazer uma acusação nem de emitir uma sentença”.

“O senhor deputado já está a falar como se tivesse havido alguma decisão. Eu remeto para as declarações do senhor procurador. Não se excedam a fazer julgamentos sobre aquilo que ainda não foi julgado”, aconselhou.

O líder parlamentar do PSD insistiu que a nomeação do membro nacional da Eurojust é um caso de “competência partilhada” e que “o Governo pode perfeitamente manifestar a sua falta de confiança e tem canais institucionais para o fazer junto do senhor procurador-geral da República”.

“Por favor, senhor deputado não me agora faça agora sugestões para pressionar o senhor procurador-geral da República. Esses canais institucionais para sugerir, o que é quer dizer com isso, ó senhor deputado?”, reagiu José Sócrates.

“Respeitemos as leis e as competências do Estado de Direito. Essa matéria é da competência do senhor procurador-geral da República”, reiterou, dizendo que não fala com o procurador-geral da República nem lhe faz “sugestões sobre estas matérias”.

Paulo Rangel concluiu que “fica claro para os portugueses que o Governo português acha normal que uma pessoa que tem responsabilidades no caso Freeport tenha conversas e seja objecto de um processo disciplinar e se mantenha em funções, nas quais tem de ligar a justiça portuguesa à britânica, no mesmo processo”. - PL





# Um comboio pode esconder o outro... (Aviso nas passagens de nível sem guarda)

J. Pacheco Pereira (\*)

De facto, um comboio pode esconder outro. Neste caso, um daqueles comboiinhos, via reduzida, colorido, “fracturante”, turístico, cheio de sinos e sininhos, com actores de casting, muita publicidade e milhões de palavras, pode esconder um daqueles comboios de carga, duas locomotivas, metros e metros de vagões negros, daqueles que não se sabe o que vai dentro, carvão, matérias tóxicas, produtos químicos ou nucleares, daqueles que aparecem nos filmes-catástrofe de Hollywood, correndo sem controlo por uma via errada para ameaçar uma idílica cidade em que a velocidade entra em colisão com as leis da física e os carris. Nos filmes há sempre um herói que salta de helicóptero para salvar a cidade, onde está a sua namorada ou a filha, mas no caso do comboio negro que falo, não é líquido que haja alguém para ter esse papel. Ou os habitantes da cidade percebem que o comboio turístico não é nada, comparado com a composição destravada, ou ele bate mesmo, se é que não bateu já.

Nestas últimas semanas, tudo quanto é órgão de comunicação social andou no comboiinho colorido, numa discussão puramente escolástica sobre o Bloco Central, distraíndo-nos do outro comboio, o da gravidade da crise que Portugal atravessa, que já existia antes da “crise” internacional, que é obviamente agravada por esta, e que nos vai bater com a violência de duas locomotivas, cinquenta vagões, mais a carga, quando já clarear o sol lá fora nas outras cidades. O mais espantoso é que muita gente admite que algures está o comboio negro, mas embarca feliz no comboiinho.

A discussão sobre o Bloco Central, alimentada pela agenda jornalística, é um puro exemplo de como se pode colocar mal o problema. A razão principal por que a discussão nominalista, formalista, é errada é por isso mesmo: ignora o conteúdo quer dos problemas que é suposto resolver, quer das soluções políticas capazes de serem eficazes para os resolver. Não é o único discurso corrente que se desenvolve deste modo, o dos empresários “apolíticos” tem aspectos comuns, mas é o único que associa os dois elementos que fazem falta para a discussão não ser o que é, escolástica.

Expliquemo-nos melhor, porque o as-



sunto não é simples. Quando se ouve um empresário ou muitos economistas que se colocam no terreno dos “problemas” da crise e que insistem em declarar que estão acima dos partidos, e que são muitas vezes seus críticos ferozes, eles enunciam bem a situação muito difícil do país e o seu aparente beco sem fácil saída. Eles vêem o comboio negro vir, mas depois mostram uma completa ingenuidade, quando não uma grande desconfiança pouco democrática, quando se trata de encontrar soluções políticas. Aí oscilam ou por se colocar ao lado do poder que está, ou propor uma espécie de “consensualismo” fora dos partidos, ou fórmulas de “governos de salvação nacional”, quando não sugestões de “governos fortes” para “pôr o país em ordem”.

Este discurso que se ouve cada vez mais ignora e é indiferente a um facto que para mim é essencial: em democracia, as soluções políticas para as crises, por maiores que sejam, por terminais que pareçam, passam pelos partidos e pelo voto.

Repito, para se ouvir bem: em democracia, ou se procuram soluções políticas, de governabilidade e não só, naquilo que muitas vezes se chama pejorativamente o “sistema”, ou sai-se da democracia. Isso pode significar um conjunto de soluções muito vasto, mas todas têm em comum dois factores: têm de ter apoio dos portugueses no voto e têm de encontrar tradução nas instituições da democracia, Presidência, Parlamento, partidos, sindicatos, etc.

Aqui é que surge a questão do Bloco Central. Para o discurso que corre hoje nos média (que neste caso não é inteiramente coincidente com o discurso político), o Bloco Central seria a panaceia para a solução governativa nas próximas eleições, em que parece só haver uma unanimidade, o facto de o PS não ir ter de novo a maioria absoluta. Este tipo de obsessão de cenários é muito típico do

jornalismo político português e tem origem num dos mestres desse jornalismo, Marcelo Rebelo de Sousa (o outro mestre foi Paulo Portas, que esteve na origem do jornalismo justiceiro e populista). O problema aqui é que com a obsessão dos cenários, e o comboio colorido transporta vários, se esconde o comboio negro.

Bloco Central: “...pior a emenda que o soneto!”

Antes dos cenários está uma realidade dividida e que não se resolve com “consensos” assentes numa soma aritmética de dois partidos “centrais”. Pelo contrário, ir-se-ia agravar. E ir-se-ia agravar porque um Bloco Central como pretende a escolástica jornalística, seria hoje na prática apenas uma coisa: um governo PS com apoio PSD, para prosseguir em linhas gerais a mesma política do actual governo PS, a que acrescentaria apenas um duro programa de austeridade conjuntural.

Os resultados do prosseguimento da mesma política do actual PS agravariam todos os problemas da economia portuguesa e unidos apenas por aquilo que interessaria ao PS: um “consenso” para a austeridade, que atiraria para a conflitualidade social muitos milhares de portugueses.

A razão por que a discussão actual sobre o Bloco Central é puro “cenário” é que ignora os muito complicados «facts of life». Primeiro, com que PS se faria? Talvez com o de José Sócrates, se o PSD aceitasse uma hegemonia política do PS e um papel muito menor na coligação. Há um PSD disposto a isso, que veria com felicidade a partilha de lugares que ser servente do PS traria, mas esse PSD não é o PSD de Manuela Ferreira Leite.

O actual PSD fornece aos eleitores aquilo que muitas vezes não existiu no passado: um programa alternativo face à “crise”. Os actuais defensores

do Bloco Central ignoram que, poucas vezes como hoje, existe alternância de posições. A crise mostrou um PS interventor na economia, dominador do espaço público, estatista, e que usa uma justificação keynesiana para uma espécie de jacobinismo político cada vez mais vincado e autoritário. E mostrou também, olhando-se para o discurso e as estatísticas, desde Guterres, um PS indiferente à dívida e aos desequilíbrios estruturais da nossa economia. O PSD de Manuela Ferreira Leite tem uma política consistente (como é em muitos aspectos a do PS) e diferente. Como, aliás, tem o Presidente da República, cujo olhar é próximo do de Manuela Ferreira Leite, não porque o Presidente queira “ajudar o PSD”, mas porque a visão do país e dos seus problemas é comum.

Acrescem mais factores que tornam a actual discussão muito irreal. Um é que, mais do que a bipolarização política, existe uma bipolarização na pessoa do primeiro-ministro. Metade do país é a favor, metade é contra. Nessa metade contra junta-se esquerda e direita, mas a fractura tende a agravar-se e a radicalizar-se. Uma das razões por que penso que uma solução de maioria absoluta do PS seria hoje muito instável socialmente é que o país, que já está muito dividido, voltar-se-ia uma metade contra a outra, a favor de Sócrates e contra Sócrates, mais do que a favor de PS, PSD, PCP ou BE. Uma das razões por que é difícil encontrar soluções políticas é que a bipolarização social não corresponde a uma bipolarização política: a fragilidade do PSD impede-o de imediato de servir de alternativa, embora haja sinais nas sondagens que esse processo possa estar em curso.

Dito tudo isto, e ainda havia muito mais para dizer, é natural que se possa passar por um período de instabilidade política antes de se encontrar uma solução de governabilidade estável e com força. Pode ter de haver mais do que um processo eleitoral, o que não é nenhum drama se isso significar que os eleitores possam escolher por soluções alternativas claras. Isso agrava bem menos os problemas do país do que falsas soluções como um Bloco Central de contrários que só se podem entender pelos piores interesses.

É por isso que o mais importante é clarificar os caminhos, que são muito diferentes, e trabalhar para que os eleitores escolham para além do protesto e da zanga. Isso é que traz estabilidade governativa e políticas consistentes. Perder os nervos nesta altura faria uma mistela de sabores, que deve ser o sorvete que se serve no comboiinho turístico. O que temos é de deitar uns milhões de portugueses para cima do comboio negro para desengatar os vagões, desligar as locomotivas e salvar a cidade. Pelo caminho haverá mortos e feridos, até porque não é um filme. - (\*) Professor universitário, historiador, escritor, comentarista ©JPP







# José Sócrates e os cogumelos de Benlhevai

João Miguel Tavares (\*)

Caro leitor: sempre que lhe vierem dizer que a comunicação social portuguesa é muito agressiva e pouco escrupulosa, lembre-se dos cogumelos de Benlhevai. A tarde de sexta-feira ia a meio quando a TVI-24 decidiu fazer um directo da fábrica de cogumelos Sousacamp, em Benlhevai, onde o primeiro-ministro fazia uma distintíssima visita. Eu não tenho nada contra cogumelos, e muito menos contra Benlhevai. Mas o que se passou nessa tarde é um pequeno exemplo de como o grande problema da comunicação social nunca foi o excesso de irreverência ou a falta de escrúpulos, mas sim o respeitinho pelo poder e a devoção às instituições, pondo-se a jeito de tudo o que é propaganda governamental.

Em Benlhevai estava o primeiro-ministro. O ministro da Agricultura. Televisões. A Lusa. E cogumelos. A TVI-24 levou um carro de exteriores para um directo que consistiu em acompanhar três anúncios, qual deles o mais ridículo:

dois contratos de investimento que vão criar a loucura de 165 postos de trabalho (em tempo de vacas magras, se for preciso Sócrates até convoca as câmaras para anunciar a contratação da sua nova empregada doméstica); o aumento para 28 dos “túneis de produção de substrato”, que parece ser uma coisa que faz os cogumelos muito felizes; e como bônus a notícia de que o Governo vai aumentar as ajudas para a “agricultura de montanha”, coisa que deve preocupar para aí o João Garcia, e só quando não está a preparar os Himalaias.

O interesse noticioso desta viagem de estudo pelos cogumelos de Benlhevai é obviamente nulo. Mas se está lá o primeiro-ministro a comunicação social tem de ir. Porque vai sempre. E depois tem de passar umas imagens nos telejornais. Porque passa sempre. É uma espécie de contrato não escrito entre o primeiro e o quarto poderes, que Sócrates aproveitou como nenhum outro. E por isso devemos

ser o país do Ocidente onde os ministros mais desfilam pela televisão, com cada espiro legislativo e cada tabuleta descerrada a merecer ampla cobertura mediática.

Para sermos justos, o Governo não é o único beneficiário de toda esta disponibilidade. Ainda recentemente, após a entrevista de José Sócrates à RTP, as TV foram a correr pôr os microfones na boca dos partidos com assento parlamentar (incluindo Os Verdes), para as clássicas “reacções”. Mas porquê, meu Deus? Num país onde os media andam a ser tão acusados de serem terríveis para o nosso querido engenheiro, alguém devia explicar porquê então esse tempo de antena permanente, esta disponibilidade perpétua para escutar o que partidos e Governo têm para dizer, mesmo que quase sempre seja uma mão-cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Todos os dias nos enfiam cogumelos pela goela abaixo - e ainda protestam. - Com agradecimentos ao autor, © João Miguel Tavares



## Artigo de Opinião

# A ingovernabilidade num “bloco central”

Alberto João Jardim (\*)

Desde que as últimas “sondagens” começam a revelar uma crescente aproximação percentual do Partido Social Democrata ao Partido Socialista, neste esfumando as pretensões de uma “maioria absoluta”, eis que a propaganda do “pensamento único” deste regime, tida por “politicamente correcta”, desbraga a falar de “bloco central”.

Isto é, habilmente, a discussão política pré-eleitoral é empurrada para uma “manobra de diversão” – análise de uma eventual coligação entre os dois maiores Partidos – com o intuito de evitar que o estado a que “isto” chegou, seja avaliado, e consequentemente omitir as gravíssimas responsabilidades dos socialistas.

A discussão política, assim mergulhada nos “jogos florais” de coligações hipotéticas, seria transferida das questões de fundo que penalizam os Portugueses.

Transferida do problema principal que os Partidos evitam, o Sistema político que ainda temos, apesar de a próxima Legislatura estar dotada de poderes constituintes.

Aliás, a única e exclusiva justificação para um “bloco central”, seria a de um acordo prévio de profunda revisão constitucional, que alterasse o Sistema político e regenerasse e consolidasse o regime democrático.

De resto, não estou a ver o sr. José Sócrates a continuar no Governo do País, com tudo na mesma e a descambar cada vez mais. Não estou a ver a Dr.ª Manuela Ferreira Leite no mesmo Go-



verno de Sócrates, fosse qual fosse, dos dois, o Primeiro-Ministro. Não estou a ver a compatibilização das “causas fracturantes” com os Valores do Partido Social-Democrata. Nem estou a ver a Região Autónoma da Madeira metida em semelhante trapalhada de situacionismo podre, depois do que nos foi e é feito.

Bem como estou convencido de que há “interesses” dentro do PS e do PSD, alheios ao Interesse Nacional e aos sentimentos generalizados na Opinião Pública, os quais pretendem que tudo continue mais ou menos na mesma, não querem ouvir falar da imprescindível revisão do Sistema constitucional, mas aos quais o

“bloco central” lhes daria um jeitão, em termos de lucrativamente lhes retardar o descalabro em que vamos e onde o País e a Democracia arriscam acabar mal.

Para abrir caminho a este tema do “bloco central”, vem sendo colocada a questão da “governabilidade” de Portugal.

Mas como pode existir “governabilidade”, num Sistema político-constitucional inadequado, insusceptível de ser governável?!...

É aqui que reside a questão de fundo. Uma questão de fundo que choca com “interesses” que me recuso a considerar nacionais.

Uma questão envolta até em certa religiosidade, pois confunde-se o 25 de Abril com o presente Sistema político-constitucional, doidamente se entendendo que os Portugueses estão eticamente obrigados ao martírio por tal Sistema.

O que é a negação do próprio 25 de Abril, em cujo espírito estava a construção de um regime democrático decente, estava a liberdade das evoluções que, em cada momento, fossem necessárias concretizar para o Bem Comum dos Portugueses. Estava a consagração da inteligência e da cultura, e não as caturrices políticas dos personagens de todo estes anos, “brigada do reumático” que nos trouxe ao presente estado de coisas.

O problema não é de “governabilidade”.

“Isto” é ingovernável.

A questão fundamental é a da mudança.

A mudança do presente Sistema político-constitucional.

E é neste posicionamento político que deve ser organizado o “rassemblement” dos Portugueses, uma nova e necessária unidade política.

O tema “bloco central” é só para “deitar poeira” na inteligência dos Portugueses.

É só uma manobra de diversão, para que não sejam tratados os temas muito sérios que urge aprofundar.

A mim, não me levam... - (\*) Jurista, Presidente da CPR/PSD-Madeira e do Governo Regional





# Cinco propostas para o sistema financeiro

Jorge Neto (\*)

O nosso sistema financeiro precisa de um novo paradigma. Assente na confiança, dotado de credibilidade e tendo como pedra angular a eficiência.

Mais do que persistir na retórica analítica do que correu mal, o que verdadeiramente importa é meter mãos à obra e estabilizar o sistema financeiro.

É evidente que é preciso combater tenazmente as práticas lesivas, fraudulentas e predadoras da confiança no sistema financeiro.

É óbvio que é preciso melhor regulação, trazendo para o sistema todo o aparato do sistema bancário paralelo, nomeadamente “hedge funds”, bancos de investimento e outros fundos “off-balance”, mesmo que não tenham relação directa com o público, mas tenham risco sistémico.

E é mesmo já um truísmo dizer-se que sem um conhecimento efectivo dos movimentos e fluxos financeiros transfronteiriços, a articulação e a coordenação internacionais para prevenir crises financeiras ou para lograr a harmonização de regras de regulação dos mercados, não passará de uma quimera.

Convirá reconhecer que a nível internacional alguns passos (timoratos por ora) têm sido dados para criar um novo paradigma no sistema financeiro. Das cimeiras do G20 às reuniões do Conselho Europeu, das reflexões do Banco Mundial ao protagonismo crescente do FMI emergiram contributos para a reconfiguração de uma nova arquitectura financeira mundial, numa espécie de reciclagem de Bretton Woods. E mesmo a nível europeu já se equaciona o novo papel do BCE, com a assunção no seu seio de um organismo de macro regulação prudencial, tendo em vista a estabilização dos mercados financeiros, como decorre do recente Relatório de Jacques Larosiere.

Sem embargo do que vai dito, importa ter presente que tal não posterga, antes impõe, a nível interno e a montante um novo paradigma para o nosso sistema financeiro que o coloque num patamar de modernidade e eficiência. Não quero com isto dizer que o nosso sistema financeiro ao longo dos anos não tenha

tido globalmente um comportamento positivo. Mas é bom reconhecer que os tempos de crise vieram pôr a nu algumas vulnerabilidades, que só não assumiram maior gravidade devido em particular à reduzida dimensão do nosso mercado. Urge, pois, criar também intramuros um novo paradigma do sistema financeiro que assegure a imprescindível resiliência em tempos de bonança e em tempos de borrasca e daí atrever-me, com esse escopo, a avançar com cinco propostas concretas.

Em primeiro lugar, creio que é necessário mudar a nossa cultura de supervisão bancária. É uma cultura que coloca uma ênfase excessiva na sua matriz prudencial mas que negligencia o carácter pró – activo e interventivo que as novas tecnologias ao serviço do mundo financeiro hoje exigem à supervisão. A supervisão não pode continuar a ser feita quase exclusivamente à distância, de um forma passiva e confinando-se em absoluto a um controle ex post dos relatórios de gestão e das informações dos auditores. Definitivamente a supervisão tem ir para o terreno, realizar amiúde inspecções in situ e recorrer a instrumentos que a lei já lhe faculta, tais como suspender e substituir administradores. Mais: nas instituições financeiras com risco sistémico devem mesmo ser criadas equipas semi-residentes da supervisão com acesso em tempo real, permanente e ilimitado a toda a informação do banco, designadamente da administração. Naturalmente com uma nova estrutura humana de supervisão mais qualificada, reforçada e bem remunerada para que os melhores não fiquem nos supervisionados ou nas auditoras internacionais. Penso mesmo que o modelo espanhol de supervisão, recriado nos anos 90 depois do escândalo Banesto e que tão bons resultados tem dado, apesar da crise imobiliária espanhola e da sua conexão com a banca, deveria servir para nós como reflexão.

Em segundo lugar, é necessário consolidar e aprofundar os mecanismos de controle interno e externo da actividade, garantindo a fidedignidade das contas e a inexistência de conflitos de interesses.



Os maus exemplos dos casos Enrom, Worldcom, Global Crossing e Arthur Andersen e que levaram à implementação do Sarbanes-Oxley Act de 2002, podem ser o mote inspirador para a adopção, entre nós, de um idêntico conjunto de regras que assegure mais transparência e uma melhor sindicância da gestão. A separação absoluta das águas entre auditoria externa e consultadoria, proibindo e sancionando severamente quem acumule essas funções, afigura-se-me, ‘inter alia’, condição essencial para o restauro da confiança no sistema. De outro modo, continuar a possibilitar cobrar (principalmente) em consultadoria o que não se cobra em auditoria, gera sempre margem para especulações sobre a valia da fé pública que uma auditoria externa deveria representar.

Em terceiro lugar e como também Larosiere bem sustenta, é fundamental separar gestão e controle do risco. Se um gestor financeiro é também o responsável pela avaliação do risco e se a sua remuneração está indexada à performance e aos resultados, a tendência não raras vezes é a de apostar no curto prazo e subestimar o risco. A par com o CEO e o CFO, as instituições financeiras deveriam passar a ter um CRO (Chief Risk Officer) com total autonomia e independência da gestão e das agências de rating e com uma posição cimeira na hierarquia da instituição, designadamente em termos salariais. A ele seria cometida em exclusivo toda a responsabilidade em matéria de ‘risk management’.

Em quarto lugar, é fundamental que o estatuto remuneratório dos órgãos sociais privilegie a performance de longo

prazo e seja fixado pela colectivo dos accionistas em Assembleia-Geral, individualizado e com total publicidade. E não pelo processo habitual, discreto e insondável de delegação numa Comissão de Vencimentos, quantas vezes uma mera extensão da administração, integrada por accionistas submissos ou dependentes, o que equivale, ao cabo e ao resto, a uma auto-remuneração. Mais: em situações limite de práticas danosas de gestão ou gravemente lesivas da confiança, do interesse público ou da moral pública deveria a supervisão ter poderes para, mesmo á revelia da vontade dos accionistas, suspender ou cancelar prémios de gestão atribuídos aos responsáveis. Em quinto e último lugar, no tocante a questões estratégicas e fundamentais relativas às ajudas públicas do Estado às instituições financeiras, as mesmas deveriam ser objecto de apreciação, consulta e acompanhamento por parte de um organismo dimanado do Parlamento, composto por membros da Comissão de Orçamento e Finanças. É o que se verifica hoje no Bundestag na sequência do Financial Market Stabilisation Fund de ajuda aos bancos alemães. É assim na Alemanha. Porque há-de ser diferente em Portugal? Não é essa a melhor forma de os representantes do povo escrutinarem o acerto e a bondade de aplicação de dinheiros dos contribuintes, de dinheiros dos cidadãos?

Como bem nos ensina Barack Obama, na sua obra Audácia da Esperança, em democracia o cargo público mais importante é o do cidadão.

Eis o meu legado para o debate. - (\*) Director do “Povo Livre”, Jurista, Deputado, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças ©







# É tempo de questionar Governo e PS sobre o limite de impunidade que atribuem à conduta dos responsáveis do Banco Central

Ricardo Rio (\*)

Aqui e além, sempre que um qualquer economista se lembra de sugerir a privatização integral ou parcial da Caixa Geral de Depósitos (CGD), surge o contra-argumento de que a manutenção da Caixa sobre o controlo de capitais públicos é fundamental para viabilizar a sua intervenção na Economia nacional.

Posto desta forma, poder-se-ia pensar que, dentro da média das condições de mercado, a Caixa seria a instituição financeira que, a cada momento, apresentaria condições mais atractivas para a aplicação das poupanças dos investidores ou para a concessão de crédito aos seus clientes.

Mais, que em situações críticas de escassez de liquidez como a que se verifica de há uns meses a esta parte, poder-se-ia encontrar no Banco público uma reserva de última instância para o financiamento da actividade económica e para impulso aos rarefeitos desejos de investir dos empreendedores e empresários nacionais.

A realidade, porém, tem servido para desmentir tal presunção, verificando-se que a CGD segue práticas comerciais em tudo idênticas ao restante sector bancário, nomeadamente no que concerne à falta de disponibilidade para a concessão de crédito às Pequenas e Médias Empresas, à lógica de mera substituição de



crédito sem garantias por financiamentos com menor risco creditício, ou aos enormes entraves burocráticos e processuais à concretização das diferentes operações de financiamento.

A este nível, um caso recente verificado com certas colectividades desportivas de Braga que, mediante garantia da Câmara Municipal, pretendiam obter um financiamento para a colocação de pisos sintéticos nos respectivos complexos desportivos, é verdadeiramente exemplificativo da total demissão da Caixa do seu cariz de Banco “Público”.

Afinal, após a viabilização inicial das operações há já vários meses, os representantes da instituição têm protelado indefinidamente a sua concretização

através da exigência sucessiva do cumprimento de novos requisitos (hipoteca dos terrenos, aval pessoal dos dirigentes das colectividades, etc.).

Perante a dívida aos fornecedores que entretanto avançaram com os trabalhos, a incapacidade das colectividades e da Autarquia para libertar tais meios financeiros, o próprio Presidente da Câmara já sugeriu a tentativa de encontrar uma outra instituição financeira. Elucidativo.

À margem de tal (falta de) intervenção na “economia real”, o Governo e o Partido Socialista têm procurado dar um novo argumento aos defensores da permanência da Caixa sob domínio público, transformando-a no “braço armado” para a nacionalização da Banca insolvente.

Segundo revelava o novel Jornal “j” numa das suas primeiras edições, a Caixa terá injectado também 200 milhões de Euros no Banco Finantia ao abrigo de um financiamento articulado com o Governo e o Banco de Portugal, tendo em vista proceder a uma “reestruturação das fontes de financiamento do banco”.

De acordo com o relatório do Conselho Fiscal da CGD citado por esse jornal, esse financiamento foi “objecto de recomendação de execução pelo Banco de Portugal e despacho do secretário de

Estado do Tesouro e Finanças”.

Depois da nacionalização do BPN-Banco Português de Negócios e da injeção de fundos no BPP – Banco Privado Português, esta será, pois, a terceira intervenção do Banco Público numa outra instituição financeira num curto espaço de tempo.

Curiosamente, esta notícia surgiu na mesma semana em que se voltaram a extremar as tomadas de posição dos clientes do BPP que não conseguem reaver os capitais investidos nesta instituição (ao ponto de terem mesmo tomado de assalto a sede do Banco no Porto) e em que a bi-candidata Elisa Ferreira veio lembrar, a propósito do investimento nos bairros do Porto, que “o dinheiro é do Estado, é do PS”.

Ora, como sabemos, o dinheiro do Estado não é do PS. E, caso se avance com o reembolso público aos clientes do BPP até devia ser. Porque depois da sucessão de casos que se tem verificado de má ou inexistente supervisão por parte do Banco de Portugal, já é tempo de questionar o Governo e o Partido que o suporta sobre qual é o limite de impunidade que atribuem à conduta dos responsáveis do Banco Central. - (\*) Economista, vereador da CMB, correspondente especial do PL

## Cartas e Mensagens ao PSD

### Estupefacção com “encenações” de Sócrates...



Fico estupefacta com as atitudes do Primeiro Ministro (PM), com as suas políticas e com esta «mise-en-scène» constante, em que o PM surge nas televisões, repetindo as mesmas coisas, inaugurando os mesmos carros da GNR 2 vezes, «inaugurando» os mesmos Magalhães em locais distintos, uma maneira de estar que nos parece pouco séria, e apesar de tudo, com sondagens óptimas. Como é possível? As sondagens também são pouco sérias? Será que os Portugueses gostam de viver neste «faz de conta» ou acreditam mesmo neste PM? Será que já nos habituámos de tal modo a viver da imagem, que nada interessa mais? Como é possível continuar à frente das sondagens??? Tudo isto me deixa perplexa. Afinal, para que sociedade caminhamos?

O nosso partido deveria desenvolver mais espaços de discussão e reflexão sobre assuntos da actualidade. - Correspondente identificado

### Linhas de crédito “abertas” pelo Governo não funcionam...

Gostaria de denunciar uma situação /.../ sobre as “famosas” e propagandeadas linhas de crédito “PME Invest” (I, II e III), supostamente deveriam ter um contributo do estado, o que na prática não está a acontecer.

Passo a explicar: na linha PME Invest I, por exemplo, o spread negociado e protocolado com a banca é EURIBOR - 1.25%. A bonificação de 1.25% em relação à EURIBOR e o remanescente em função do que terá sido negociado entre os bancos e o governo, deveriam ser suportados pelo Estado. Actualmente a EURIBOR a 3 meses está aproximadamente em 1.3%, o que deduzindo 1.25% dá 0.05%. Esta deveria ser a taxa de juro que as empresas que recorreram a esta linha de crédito deveriam estar a pagar à banca. Acontece que, por decisão política (Ministério da Economia), actualmente o minorante da taxa de juro que as empresas pagam está em 1.5%!!! Este minorante resultou de uma actualização quando o BCE reduziu a taxa directora para 2.0%. Entretanto parece que o n/ governo se “esqueceu” novamente de actualizar o minorante e portanto as empresas estão a pagar mais do que deveriam no quadro da linha PME Invest I.

É muito “bonito”, e fácil, anunciar linhas de crédito de muitos milhões de euros, quando na realidade o n/ Estado contribui com muito pouco, e nas actuais circunstâncias, contribui com menos do que deveria! Parece-me que o espírito das linhas de crédito é ajudar as empresas, mas na realidade, pelo menos na PME Invest I, o contributo do Estado não é nem de perto nem de longe aquele que deveria ser.

Deixo à vossa consideração a realidade desta situação para questionarem os n/ governantes sobre qual é afinal a ajuda do Estado às empresas.

Eu não defendo, antes pelo contrário, que as empresas dependam do Estado para sobreviver, mas também não aceito que se faça propaganda utilizando as empresas como figurantes. - Correspondente identificado, nome omitido a seu pedidoNa



## Associação dos Amigos do Rio Douro, “despejados” sem cerimónias

Na sequência de uma política de tentativa de destruição do associativismo na Régua, o Director delegado do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos - Douro que é simultaneamente Secretário Coordenador da Secção de Transportes do PS Porto, Eng. Joaquim Gonçalves, acaba de enviar carta registada à Associação Amigos do Rio com ordem de despejo das instalações de promoção do rio e de artesanato local, que esta possui no cais da Régua cedidas pelo I-P-T-M por protocolo de 2005.

O mais curioso é que o Presidente da Associação Manuel Mota, é militante do PS mas tem-se batido contra o clima de terror e perseguição a funcionários da instituição levada a cabo pelo Administrador Delegado e um comparsa contratado por este de nome Comandante António Victor Simões da Costa Rei, ex. comandante dos portos de Vila do Conde e Póvoa, REFORMADO AOS 41 ANOS, agora ao serviço do I.P.T.M E SÓCIO GERENTE DA FIRMA; Ponta Barra- Consultadoria e formação profissional unipessoal lda. com sede na rua Comendador João Anjos Lopes 165, Amorim- Póvoa do Varzim, firma que ultimamente tem fornecido serviços ao I.P.T.M

Neste momento está em curso a adjudicação a esta empresa (Ponta da Barra) o contrato de fiscalização de inertes no rio Douro pelo dobro de que o I.P.T.M pagava nos anos anteriores. Note-se que o Comandante Costa Rei é quem superintende as extracções de inertes ao serviço do I.P.T.M- Douro

António Victor Simões da Costa Rei integrou as listas do PS à Camara de Póvoa de Varzim nas últimas eleições autárquicas. - ana-pereira@iol.pt



## Felicitações à nossa Presidente pela entrevista ao Público e Renascença

Venho por este meio felicita-la pela entrevista dada ontem no “diga excelência”.

Na minha opinião foi bastante esclarecedora sobre os projectos que têm para país e de uma forma consciente e responsável, indicou uma solução viável como devemos sair da crise, em que estamos mergulhados.

Achei particularmente interessante quando referiu, que gostava de saber o que os Portugueses pensam quando se levantam de manhã?

A minha resposta é: que na 2ªfeira tenho que comprar uma flauta para o Eduardo (onde vou arranjar o dinheiro), que tenho um trabalho, que tenho uma licenciatura em Contabilidade, que sou Assistente Técnica numa Escola há 10 anos, que na altura acreditei “que futuro iria ser risonho para a minha geração” porque o País, incluindo a Função Publica, estava a mudar. Em dez anos nada mudou, apenas a minha desmotivação no trabalho e desilusão no governo de Portugal!

A cada dia que passa desilusão é maior porque se faz politica à custa dos problemas económicos das famílias.

Está esta mensagem do Portal do GOVERNO:

«Neste momento de crise, tomaremos medidas extraordinárias, dirigidas aos alunos beneficiários do abono de família que tenham pelo menos um dos pais desempregados há mais de três meses, e enquanto se mantiver a situação de desemprego: esses alunos passarão a ter 100% dos apoios, quer no ensino básico quer no ensino secundário. Este alargamento significará um maior benefício nos manuais escolares para o próximo ano lectivo, mas será concretizado desde já noutros apoios, como as refeições escolares».

Ora o meu marido está desempregado desde Agosto de 2008, o meu filho frequente o 2ºano do 1ºciclo, presentemente recebi o Boletim de candidatura a auxílios económicos para o ano lectivo 2009/2010, onde me solicitam declaração da Segurança Social com o escalão do abono de família, que é o 3ºEscalão. Como deverá saber no 3ºEscalão não possui direito aos auxílios económicos e continuo a pagar mensalmente 30,00€ de refeições. As medidas do governo anunciadas com pompa e circunstancia, não passaram do Portal do Governo. Se não fosse a situação económica, que esta família está a atravessar, optaria como nos outros anos de não me candidatar a auxílios económicos.

Com os melhores cumprimentos. - Teresa Barbosa Soares

### Local

#### Notícias dos Açores

## Berta Cabral afirma que PSD/Açores é “partido da unidade das ilhas”

A líder do PSD/Açores considerou quinta-feira que o partido a que preside é o “partido da unidade das ilhas”, dado que foi com os social-democratas que a Região “quebrou o isolamento entre as ilhas”.

“O PSD é o partido da unidade das ilhas, o partido da construção da Região, o partido da Autonomia dos Açores. Foi com a social-democracia que os Açores quebraram o isolamento entre as ilhas, reuniram os distritos em arquipélago, afirmaram a Região no Atlântico para o Velho Continente e o Novo Mundo”, afirmou Berta Cabral, no lançamento da segunda edição do livro “História(s) do PPD”, da autoria de José Andrade, que assinalou o 35º aniversário da fundação do PSD/Açores.

A líder social-democrata salientou que “foi com o PPD/PSD que os açorianos romperam o atraso ancestral, recuperaram o tempo perdido, arrancaram para o desenvolvimento irreversível”.

Para Berta Cabral, foi com personalidades como Mota Amaral e Sá Carneiro que os açorianos “conquistaram a maioridade política da Autonomia Constitucional, contra ventos e marés de cá e de



lá, cumprindo para sempre as históricas aspirações autonómicas de um povo que se quer de cabeça erguida e de mangas arregaçadas”.

“Temos um património que nos orgulha. E temos um partido que pode e deve fazer ainda mais e melhor, com novos protagonistas e com novas propostas,

como é próprio das novas exigências dos tempos modernos”, sublinhou.

A presidente do PSD/Açores lembrou que “foi o PPD/PSD que cumpriu a grande arrancada para o desenvolvimento infraestrutural, com a construção de portos, aeroportos, estradas, escolas e habitações, até 1996”.

“Será também o PSD/Açores a conseguir o impulso decisivo que promoverá a Região, da gestão corrente do presente, para as soluções eficientes do futuro, a partir de 2012”, afirmou.

#### Horários não contemplam “proximidade” entre Graciosa e Terceira

O PSD/Açores considerou hoje que os horários do transporte marítimo de passageiros não contemplam a “proximidade” entre Graciosa e Terceira, dado que, até 14 de Junho, apenas há “uma única viagem” directa entre as duas ilhas com partida da Terceira.

“A ilha Graciosa tem uma forte ligação económica com a ilha Terceira. Seria pois de esperar que as ligações marítimas entre estas duas ilhas contemplassem essa proximidade, em todas as fases da operação que agora se inicia. Mas não, a programação para o transporte marítimo de passageiros, com saída da Terceira para a Graciosa, é contemplada nos horários até 14 de Junho, com uma única viagem”, afirmou o deputado social-democrata





João Costa, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores sublinhou que, entre 15 de Maio e 14 de Junho, “quem quiser fazer uma viagem Terceira/Graciosa por via marítima, sai de véspera, dá a volta ao grupo central indo para São Jorge, de lá vai para a Horta, daí para o Pico, levando um dia a chegar à Graciosa”.

João Costa classificou esta situação como “absurda” e referiu que a falta de horários definitivos para a época alta “é de um amadorismo inigualável”.

O deputado social-democrata referiu, ainda, que a questão das pernoitas durante uma viagem, que os passageiros são “postos fora do navio, a não ser que se paguem um camarote”.

O parlamentar do PSD/Açores deu o exemplo de uma viagem entre Ponta Delgada e a Graciosa, que demora mais de um dia e em que os passageiros são obrigados a pernoitar nas Velas, ilha de São Jorge.

“Não bastava a viagem demorar mais de 30 horas, ainda os passageiros são postos na rua, às duas da manhã”, afirmou.

Para João Costa, não alterar estas situações “é lesivo do interesse da Região”.



### PSD quer parque tecnológico no Faial

O PSD/Açores defendeu hoje a criação, no Faial, de um parque tecnológico ligado às actividades relacionadas com o mar, alegando que é uma “mais-valia

de futuro” para a ilha e para os Açores.

“Pela nossa parte, defendemos, hoje como ontem, a criação no Faial, de um parque tecnológico ligado a todas as actividades que se relacionam com o mar, e não só à investigação marinha. Assumimo-lo como um projecto ambicioso e abrangente, no qual o Departamento

de Oceanografia e Pescas (DOP) desempenhará papel de grande relevância”, afirmou o deputado social-democrata Luís Garcia, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores salientou que esta projecto deve abranger áreas como a investigação marinha (pescas, ecossistemas marinhos e conhecimento do mar profundo), ambiente (energias renováveis) e turismo (actividades marítimo-turísticas, náutica de recreio e desportos náuticos).

Luís Garcia recordou que o DOP “já apresentou disponibilidade” para participar na criação do parque tecnológico do Faial, dando “credibilidade e garantia de sucesso” ao projecto.

Para o deputado social-democrata, o governo regional “parece não atribuir a este projecto a atenção que lhe é devida”, visto que o executivo socialista “não percebe as potencialidades e a visão estratégica de um projecto desta natureza para o futuro dos Açores”.

“A sua importância e o seu impacto no nosso desenvolvimento não se compadecem com dúvidas, hesitações e manobras de diversão”, considerou. - Gab. Imp. PSD/Açores

## Notícias de Braga

# Freguesia de Figueiredo anseia por investimentos na área social

O candidato da Coligação “Juntos por Braga” à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, e uma numerosa delegação de dirigentes e Autarcas desta Coligação, em que se integravam os Vereadores Serafim Rebelo e Filomena Bordalo, o Deputado Miguel Macedo e Deputados Municipais como João Granja, Manuel Benninger, Hugo Soares, Humberto Carlos, Olga Pereira ou Domingos Abreu participaram ontem numa visita à Freguesia de Figueiredo na companhia dos candidatos da Coligação a esta Assembleia de Freguesia.

António Carvalho Ribeiro, natural de Braga, com 39 anos, carpinteiro, casado e com 2 filhos, apresenta-se de novo a eleições, desta feita como líder de um projecto em que só admite a vitória.

Declarando-se frustrado pela inactividade da Junta em diversas áreas, o candidato enunciou alguns problemas que considera urgente solucionar.

Acessibilidades atormentam freguesia

Depois dos transtornos resultantes do atravessamento da auto-estrada, são as vias tradicionais a causar ainda diversos problemas aos habitantes da Freguesia. Assim, no campo das vias públicas sobram as tradicionais situações de vias degradadas e de caminhos cuja pavimentação ou alargamento se encontram incompletos.

Casos paradigmáticos disto mesmo são os das ruas de Sra. de Fátima e da Ferverença. A Rua do Bairro é outro



dos exemplos de incapacidade de planeamento de soluções de trânsito que combatam o estrangulamento das vias, pelo desaproveitamento da disponibilidade dos proprietários dos terrenos contíguos.

Ainda nesta temática foi referido o erro incompreensível de falta de escoamento das águas pluviais, que causa graves transtornos a quem circula a pé nos dias de maior chuva, e que se constata em ruas recentemente intervenidas como a Rua do Outeirinho, no que António Ribeiro apelidou de “obras para inglês ver”.

Saneamento ainda é problema

O candidato à Junta de Freguesia declarou-se “chocado” com o problema do saneamento na zona alta de Figueiredo: “em pleno séc. XXI, temos zonas, como as da Rua da Sra. de Fátima, do Outeirinho e de Pipe que ainda não usufruem da rede, não porque não exista a estrutura, que até está pronta há 3 anos, mas porque a ligação tarda em chegar”.

Aliás, os problemas relacionados com o saneamento continuam a jusante, já que a ETAR de Figueiredo está sobrecarregada o que obrigará a uma ligação futura à ETAR de Celeiros de toda esta zona da Freguesia.

Desporto e acção social aguardam investimentos

No desporto, a malfadada sorte das camadas jovens, geralmente as primeiras a serem preteridas, repete-se no clube local, onde, por força da escassez de verbas, foram recentemente desactivadas as escolinhas. Ricardo Rio juntou-se aos lamentos de António Ribeiro, reafirmando o seu total comprometimento para com este “serviço público”, prometendo ser, como Presidente de Câmara, um actor activo na inversão desta triste situação nas colectividades de todo o Concelho.

“Não basta fazer sintéticos, é preciso apostar nos que deles devem usufruir, para que cumpram por inteiro a função que, inerentemente, lhes está confiada”, concordaram os dois candidatos.

Finalmente, foi referida a total premência da construção do lar da Associação de Solidariedade Social e Cultural do “Divino Salvador” - com a qual António Ribeiro quer ter uma relação de proficua colaboração -, uma vez que este é um equipamento de extrema importância, não só pelas valências que albergará, como pelo auxílio que prestará aos mais necessitados.

Estes pontos críticos da Freguesia foram visitados pela comitiva antes do jantar-convívio que serviu para conhecer a equipa que acompanha o candidato e alguns dos seus principais projectos.

Nele, António Ribeiro agradeceu o apoio da Coligação e prometeu “tudo



fazer para que a sua vitória “seja também a do Dr. Ricardo Rio, pois só assim poderemos fazer de Braga a referência que ela merece ser”.

Ricardo Rio aproveitou a ocasião para endereçar à lista de Figueiredo os desejos de boa sorte e bom trabalho. “Braga precisa desta mudança, mas só juntos poderemos fazê-la, só juntos poderemos vencer este grande desafio. Juntos, por Braga”.

Levando à letra o mote da Coligação, os dois candidatos e a demais comitiva encerraram a noite no popular Karaoke do café “Coffee-Break”, junto à Rotunda do Pinheiro do Bicho, interpretando, em conjunto com a filha de António Ribeiro, um tema popular da música portuguesa.

### Ricardo Rio visitou a freguesia de Arcos (S. Paio) “Não se pode descurar o apoio aos mais idosos e à primeira infância!”

O candidato da Coligação “Juntos por Braga” à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, deslocou-se ontem, na companhia dos candidatos da Coligação à Assembleia de Freguesia e de vários outros dirigentes e Autarcas locais à Freguesia de Arcos (S. Paio), tendo em vista conhecer as principais carências e projectos para esta Freguesia.

Entre outros, participaram nesta visita a Vereadora Filomena Bordalo, o Deputado Miguel Macedo e vários Deputados Municipais como João Granja, Domingos Abreu ou Goreti Machado, além de dirigentes do CDS/PP local.

Henrique Araújo, 39 anos, engenheiro civil e perito avaliador de profissão, casado, com 2 filhos, será novamente o candidato da Coligação a esta Assembleia de Freguesia.

### Estrangulamentos v(i)ários

Os caminhos públicos mereceram uma especial atenção já que é frequente o congestionamento dos mesmos, fruto de uma deficiente planificação e de insuficiências físicas da rede viária.

São infelizmente recorrentes os exemplos que imitam a Rua de Barros, cujo afunilamento, agravado pela elevada inclinação, a tornam num pesadelo diário para os transeuntes e automobilistas, sendo mesmo o único acesso para a nova urbanização que surgiu alguns metros acima.

Neste caso, é particularmente criticável o facto de a Junta não ter encetado negociações com os privados com vista ao alargamento da via atempadamente, existindo hoje bastante mais obstáculos à identificação de uma solução para este problema.

Os populares que se cruzavam com a delegação não deixaram de sublinhar, por entre o apoio que manifestavam aos candidatos, a perigosidade de que estes caminhos se revestem.

#### Investimento no Desporto

O candidato à Freguesia congratulou-se com a inauguração do polidesportivo, que deverá ocorrer brevemente, e que foi uma das principais e recorrentes reivindicações dos eleitos pela Coligação, tendo este apenas lamentado o facto de ter demorado tanto tempo a concretizar.

Um lamento a que se junta a circuns-

tância de não se tratar de um gimnódromo, equipamento que permitiria uma melhor rentabilização do investimento e



uma maior polivalência.

Bem menos feliz é o panorama do desporto jovem, afectado que está pela “falta de apoio generalizado da Câmara Municipal que, devido à sua selectividade discricionária, insiste em esquecer a grande maioria das colectividades da realidade concelhia” como lembrou Ricardo Rio.

“Uma autarquia que confunde os meios com os fins, que faz dos sintéticos

o ponto final de um caminho, ao invés de ver neles um investimento instrumental, claramente não percebe o desporto e o

desporto jovem em particular”, considerou Henrique Araújo.

### Apoio Social deficitário

A principal carência da Freguesia é, contudo, a de um espaço que funcione como Centro de Dia, destinado à população mais idosa, que possa ser acompanhado de outras valências do foro social. Carência que tanto mais se estranha

quando se verifica que existe um espaço especialmente vocacionado para o efeito, que é o da antiga Escola (abandonado há quatro anos), junto à sede da Junta.

Por considerar inadmissível que esta situação se mantenha, Henrique Araújo assume como prioridade a mobilização da Freguesia para esta causa, prometendo convocar para este projecto os principais protagonistas da sociedade civil para que, em conjunto com a Junta, este se venha a concretizar o mais rapidamente possível.

### Escola bem, escola mal

Ricardo Rio aproveitou a oportunidade para se congratular publicamente pela decisão do Presidente da Junta de Freguesia de Arcos de proceder à certificação da qualidade das refeições escolares, medida esta rejeitada pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga e pela maioria socialista deste Executivo.

Em contrapartida, o piso da Escola tem deficiências graves, constituindo-se como uma série ameaça para a segurança das crianças.

No final do encontro, ambos os candidatos afirmaram o seu comprometimento com a mudança de Braga, afirmando inequivocamente que a sua vitória, em conjunto, será o único meio de garantir esse novo rumo para o Concelho. “Não se trata apenas de mudar as caras, mas de mudar as mentalidades e as atitudes” sentenciou Ricardo Rio. - Gab. Imp. Coligação JPB

## Notícias do Algarve

# “PSD - Algarve - Europa”: mobilizar para votar

O PSD/Algarve vai levar a efeito, no próximo dia 30 de Maio de 2009, um grande jantar-comício com militantes e simpatizantes, que servirá simultaneamente para mobilizar os cidadãos e cidadãs para votar nas próximas eleições europeias, e para comemorar o 35º aniversário do Partido.

O lema deste jantar-comício é “PSD-ALGARVE-EUROPA”, e contará com a presença do Vice-Presidente do PSD, José

Aguiar-Branco.

Usará da palavra o líder do PSD/Algarve, deputado e candidato solidário na lista do PSD às europeias, Mendes Bota, cuja intervenção versará sobre as 10 razões pelas quais considera que os algarvios deverão exercer o seu direito de cidadania no próximo dia 7 de Junho.

Mendes Bota é um dos políticos portugueses com maior experiência parlamentar internacional. Foi deputado ao

Parlamento Europeu de 1989 a 1994, e em 1998 e 1999. É deputado na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa desde 2005, na qual exerce intensa actividade e cargos de responsabilidade, organismo onde já tinha estado em 1988 e 1989. É também deputado, desde 2005, na Assembleia Interparlamentar da União da Europa Ocidental.

Tudo isto, para lá da intensa actividade no parlamento nacional, onde se tem distinguido nas áreas da violência contra as mulheres, do turismo, além de ser um incansável defensor dos interesses da Região do Algarve, círculo pelo qual foi eleito. - CPD/PSD-Algarve



### Mais e melhor cultura para Faro: seis princípios fundamentais Macário Correia debateu com agentes culturais um novo modelo para a cidade

A Candidatura “Refazer de Faro uma Capital” foi a única a associar-se a mais uma iniciativa do Pátio das Letras para apresentar ideias para uma nova estratégia cultural para Faro. Foi, então, na noite de 15 de Maio que ACTa, Galeria Artadentro, CAPA, Orquestra do Algarve, Associação Cultural Música





XXI, Associação Recreativa e Cultural de Músicos, Sociedade Recreativa Artística Farense (“Artistas”), Coral Ossónoba, Conservatório Regional do Algarve Maria Campina, Fundação Pedro Ruivo, Prof. Vilhena Mesquita, Fernando Grade, Prof. José Louro, Carlos Ferreira, Luís Vicente, Rui Penha, José Amaro, António Boronha, Salvador Santos, D. Maria de Jesus Bispo entre tantas outras instituições e personalidades relevantes do meio artístico farense, aceitaram debater com Macário Correia seis princípios de actuação fundamentais:

1 – Criação de um fórum para a Cultura. Da estreita colaboração entre entidades públicas e agentes privados deverão nascer as grandes propostas culturais e de programação, numa perspectiva de integração no modelo económico do Município. É um facto que todos aceitam que o binómio investidor / público-alvo deve ser um factor determinante nas opções culturais a apresentar. De igual forma, não podemos ter a presunção de pensar que cabe ao Município a hegemonia na programação e na decisão sobre o que é melhor. Há que chamar mecenas e, sobretudo, há que pensar em soluções que cumpram com um duplo objectivo: cativar e divertir os Farenenses e desenvolver um Turismo Cultural.

2 – Criação de regras claras, justas e objectivas para apoio dos artistas do Concelho e das suas actividades e produções. Não pode a Cidade comportar que a Câmara teime nos apoios recor-

rentes a eventos e entidades, baseados em pressupostos pouco transparentes e violando as mais elementares regras da proporcionalidade. Isto, enquanto vai fazendo (des)esperar músicos, escritores, pintores, produtores e outros ainda, com promessas de apoios que abundam em ano eleitoral mas que, depois, tardam em concretizar-se (se é que algum dia o serão). A clarificação das regras de apoio à actividade e produção cultural é, de resto, um dos esteios de uma política nova que se quer mais transparente e moralizada.

3 – Estratégia para o Centro Histórico. Aproveitar os equipamentos e as potencialidades do principal cartão de visitas da cidade, é uma obrigação de quem lidera o Município. Se o Museu Municipal é hoje uma instituição de valor inegável, pode fazer-se muito mais pela sua promoção e pelo aumento de visitantes (no Verão, quantos farão do Museu Municipal uma alternativa ao cluster sol e mar?). O mesmo sucede com as galerias, espaços públicos e equipamentos que existem numa área que, infelizmente, se encontra degradada e a pedir que se olhe por ela.

4 – Museu de Arte Contemporânea. Vem sendo alardeado pelo actual Executivo que está aí o MAC. Que pensamos sobre o assunto? Em primeiro lugar, trata-se claramente de um “não-assunto”. De uma obra fantasma. De uma ilusão eleitoralista. Nada está licenciado, não há investimento aprovado, nem tampouco um modelo financeiro. O que parece haver, sim, é uma premência de inundar



a via pública com outdoors que, no mínimo, são pouco rigorosos. Não discutimos a necessidade deste equipamento que, bem pensado e financiado, pode ser altamente proveitoso para a cidade e seu Centro Histórico. O que discutimos é a opção de iludir os cidadãos num jogo perigoso em que recusamos participar: Todos conhecem a situação financeira da Câmara e todos sabem das dificuldades de financiamento deste tipo de projectos. Pensar primeiro e concretizar depois é apenas a ordem natural das coisas.

5 – Teatro Municipal de Faro. Continuará a pesar sobre o Município o duro diktat financeiro da construção deste equipamento. Tornemo-lo então mais proveitoso. Tornemos mais leve a sua gestão mas melhoremos a penetração da sua programação em públicos diversificados. Não pode o TMF tornar-se mais um elefante branco, de uma só grande sala, a onerar as populações. O que o Teatro pode e deve, é ser um motivo de orgulho

apoiar, a Câmara promete e não cumpre. Descredibiliza a gestão e enfraquece os actores. Propomos apoiar e incentivar estas entidades que, com enorme sacrifício, têm sido o esteio da sobrevivência da cultura popular e do rico folclore do Concelho de Faro.

### Montenegro acolhe Jantar de apoio a Macário Correia e Steven Piedade

O Restaurante Moreno foi o palco escolhido, no passado sábado, para mais um jantar de apresentação da candidatura “Refazer de Faro uma Capital”. Perante uma sala cheia, como tem sido hábito nestas iniciativas, Macário Correia e Steven Piedade apresentaram-se aos habitantes da Freguesia como cabeças de lista à Câmara Municipal de Faro e Junta de Freguesia do Montenegro respectivamente. Em sintonia, os candidatos fazem da competência na gestão, seriedade e do



e de regozijo para todos os Algarvios porque educa, diverte, envolve agentes da terra, traz visitantes e não gera prejuízo.

6 – Apoio à cultura de cariz popular. É tradicional a preponderância do folclore farense no seio da Região. Neste domínio, ainda mantemos a capitalidade. Mas por quanto mais tempo? Pelo tempo que puderem aguentar as associações culturais, charolas, juntas de freguesia, ranchos e demais entidades promotoras. Em vez de

reforço das competências e recursos das freguesias, algumas das suas principais bandeiras. Macário Correia aproveitou ainda a ocasião para fazer mais um veemente apelo à participação dos cidadãos nas Eleições Autárquicas de Outubro.

Os apoios que vêm sendo recolhidos parecem provar que as populações de Faro também querem trilhar um caminho alternativo. Está nas suas mãos. - CPS/Faro





# Juventudes Partidárias e Comissão Europeia contra a abstenção dos jovens



Numa reunião histórica e pioneira, as maiores três juventudes partidárias europeias e a Comissão Europeia reuniram-se em Bruxelas para apelar à participação dos jovens nas próximas eleições.

Esta cerimónia, apadrinhada pelo Presidente da Comissão, José Manuel Durão Barroso, juntou os líderes da Juventude do Partido Popular Europeu (YEPP) à qual pertence a JSD, dos Jovens Socialistas Europeus (ECOSY) e dos Jovens Liberais Europeus (LYMEC) que colocaram as suas diferenças de lado e acordaram um texto comum de apelo à participação dos jovens.

O encontro decorreu na sala do Colégio de Comissários e contou com as presenças de Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia e membro do Partido Popular Europeu, Margot Walstrom, Vice-Presidente da Comissão Europeia e membro do Partido Socialista Europeu e Meglena Kuneva, Comissária Europeia pelo Partido Liberal. A Juventude-Social Democrata, foi representada por Duarte Marques, Vice-Presidente da Juventude Popular Europeia e corresponde especial do "Povo Livre".

Foi a primeira vez na história da UE que os principais partidos representados no Parlamento Europeu se reuniram para debater a falta de motivação dos jovens em relação às questões europeias, o que demonstra claramente que existe uma preocupação consensual de todos os partidos em relação a este problema. - Correspondente



## uma voz jovem no parlamento europeu

Caros amigos,

**Sentimos que os cidadãos estão afastados da construção europeia.**

Temos, por isso, que **aproximar os jovens portugueses do ideal europeu.** Porque somos a **Geração Europa**, aquela que **mais beneficiou e deve continuar a beneficiar das políticas europeias.**

**Sou o único candidato proposto com menos de 30 anos** com possibilidades reais de ser eleito. **Sinto, por isso, a responsabilidade**

**acrescida de representar a juventude portuguesa na União Europeia. Conto para isso com o vosso apoio!**

Vamos legitimar o Parlamento Europeu com o teu voto, com a tua vontade, pois esta é a única instituição europeia eleita directamente pelos cidadãos.

**A Europa é de todos nós: vamos mostrar que queremos ter voz na Europa.**

**COLABORA! PARTICIPA! LIGA-TE À EUROPA!**

Escreve-me para: [joaquim@europa.jsd.pt](mailto:joaquim@europa.jsd.pt)



Joaquim Biancard Cruz

## LIGA-TE@EUROPA

### EUROPA DAS OPORTUNIDADES

Quero uma **Europa das oportunidades**, onde os jovens tenham **melhor educação**, onde possam circular livremente e beneficiar de programas como o **Erasmus independentemente da sua capacidade económica.**



**JOAQUIM BIANCARD CRUZ**  
(candidato ao PE)  
29 anos - Economista  
Estudante Erasmus em Leicester, Reino Unido  
2001-2002

### ...COM EMPREGO

...uma Europa que **combata o desemprego** que aposte nos jovens, que crie condições para nos realizarmos profissionalmente, que estimule o 1º emprego com o **"Programa Erasmus Emprego"**



### ...SUSTENTÁVEL

...uma Europa que aposte no desenvolvimento sustentável, que **não hipoteque o futuro das nossas gerações** e que lidere no mundo as medidas para proteger o ambiente e apostar nas energias renováveis.



**ANA FILIPA JANINE**  
(candidato ao PE)  
25 anos Advogada  
Presidente Estudantes  
Democratas Europeus 2006/2008  
Estudante Erasmus em Siena, Itália, 2005-2006  
Coimbra

### EUROPA SOCIAL

...uma Europa que reforce a nossa capacidade comum para **vencer a crise internacional**, ajudando as empresas e **apostando nas pessoas**, reforçando a solidariedade entre todos os europeus.



**DUARTE MARQUES**  
(candidato ao PE)  
27 anos  
Vice-Presidente da Juventude do Partido Popular Europeu  
Consultor em Assuntos Europeus Santarém

### EUROPA DAS PESSOAS

...uma Europa que não se limite aos mercados, aos capitais, aos produtos e aos serviços. Quero uma **Europa dos cidadãos, uma Europa das pessoas** que melhore a nossa segurança, reforce as nossas liberdades e promova a integração dos imigrantes.

### ...AFIRMANDO PORTUGAL

...uma Europa onde Portugal se afirme, com **Durão Barroso** na Presidência da Comissão, concretizando uma política europeia para o mar, voltando a **colocar Portugal no pelotão da frente** da União Europeia.

**JUNTA-TE A NÓS, VOTA JOVEM!**





## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



### AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na Sede concelhia sita na Av. 11 de Setembro, 4 C, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação do Relatório e Contas
- 2 – Apresentação e votação da proposta da Comissão Política de Secção para a candidatura à Câmara Municipal da Amadora

### BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 29 de Maio de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na Sede concelhia sita na Rua Dom João de Castro, Loja 2D Stº André, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Ratificação de novos titulares dos cargos de Vice-presidente e Vogal da CPS por proposta da mesma
- 3 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos – Autárquicas 2009.
- 4 – Dar parecer sobre as linhas orientadoras do programa eleitoral
- 5 – Análise da situação política concelhia e nacional.

### CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 29 de Maio de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na Sede sita na Rua Direita, nº 20, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciar, discutir e deliberar sobre as Contas da Secção, relativas ao ano de 2008
- 2 – Apreciar, discutir e deliberar sobre a situação política local e seus reflexos a nível partidário, na perspectiva das Eleições Autárquicas que se realizarão em 2009
- 3 – Dar parecer, nos termos do Artº 50º - 2 - f) dos Estatutos sobre as candidaturas aos órgãos da Autarquia de Coruche que lhe sejam propostas pela Comissão

Política da Secção para as Eleições Autárquicas a realizar em 2009.

### MONFORTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monforte, para reunir no próximo dia 30 de Maio de 2009, (sábado) pelas 15h00 na Sede da Junta de Freguesia de Santo Aleixo, sita na Rua Furriel Carola, nº 18 em Santo Aleixo, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações gerais
- 2 – Análise da situação política local e nacional

### MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00 na Sede sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4 r/c Dtº., com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Eleições Autárquicas 2009
- 3 – Análise da situação política local e nacional

### MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir extraordinariamente, no próximo dia 30 de Junho de 2009, (terça-feira) pelas 21h00 na Sede sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4 r/c Dtº., com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (27 de Junho) a sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00.

-As urnas estão abertas entre as 19h30 e as 23h30.

### NÚCLEO DO ALTO PINA / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do Alto do Pina - Lisboa - Secção B, para reunir no próximo dia 26 de Maio de 2009, (terça-feira) pelas 19h00 na Sede, sita no Campo Pequeno, 16 – 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Ponto da situação e auscultação dos militantes relativamente à candidatura autárquica do PSD à Junta/Assem-

bleia de Freguesia de Alto do Pina  
2 - Análise da situação política

### PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2009, (sábado) pelas 10h30 na Sede do Núcleo de Paredes Oeste (Gandra/Astromil) sita na Rua António Borges Marques Castanheira, nº 80, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Preparação dos processos eleitorais
- 2 – Análise da situação política

### SECÇÃO B / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção B - Lisboa, para reunir, no próximo dia 28 de Maio de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na Sede, sita no Campo Pequeno, 16-3º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1- Informações
- 2 - Análise do processo eleitoral
- 3 – Análise da situação política

### SECÇÃO E / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção E - Lisboa, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 26 de Maio de 2009, (terça-feira) pelas 19h00 na Sede, sita na Rua do Forno do Tijolo, 71-3º, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1- Informações / Análise da situação política
- 2- Apresentação e Ratificação dos cabeças de lista da Secção E às próximas Eleições Autárquicas

### TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 29 de Maio de 2009, (sexta-feira) pelas 22h00 na Sede sita na Rua 9 de Abril, 1 – 3º Dtº., com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1- Parecer sobre as candidaturas aos diferentes órgãos autárquicos e aprovação do programa eleitoral, nos termos do artigo 50º, do nº 2, alínea f dos Estatutos do PSD
- 2- Outros assuntos



### ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais e demais regulamentos convoco eleições da Secção do Entroncamento da JSD para dia 19 de Junho de 2009, pelas 21h na da Sede do PSD Entroncamento sita na Rua Almirante Reis, 64, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios da JSD/Entroncamento

Nota:

a) As listas devem ser entregues até às 24h do terceiro dia anterior da realização do acto eleitoral ao presidente da Mesa do Congresso ou a quem o possa estatutariamente substituir.

b) As eleições realizam-se das 21h às 22h30.

O Presidente da Mesa do Congresso (Daniel Figueiro)

### MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em Plenário no dia 29 de Maio de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
  - 2 – Análise da Situação Política;
  - 3 – Estratégia Eleitoral Autárquica 2009;
  - 4 – Outros.
- O Presidente da Mesa (José Bizarro Duarte)

### OLIVEIRA DO BAIRRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Oliveira do Bairro da JSD, para reunir no dia 20 de Junho de 2009 (Sábado), pelas 13h30, na Sede do Núcleo de Freguesia da JSD de Bustos, sita na Av. São Lourenço, n.º4, 3770-017 Bustos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise do 1.º ano de mandato da CPS;
- 2 – Análise da actividade dos Núcleos de Freguesia eleitos;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos de interesse.

Nota:

Caso não se encontrem presentes metade dos militantes à hora marcada o plenário inicia-se 30 minutos depois com qualquer número de militantes presentes.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Oliveira do Bairro da JSD (João Paulo Castelo da Assunção Sol)

### CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e seus Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2009, pelas 14 horas, no Pavilhão Multiusos de Vilar Formoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento;
- 2 – Análise da Situação Política Actual;
- 3 – Eleições Europeias;
- 4 – Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Vanessa Dias Baptista Seabra)

### ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de





Ansião, a realizar-se no próximo dia 6 de Junho de 2009, pelas 18 horas, na Sede do PSD em Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa  
(Jorge Silva)

### **CELORICO DA BEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o plenário de Secção da JSD de Celorico da Beira, para o dia 20 de Junho de 2009, pelas 17 horas, na Sede Concelhia do PSD/ Celorico da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da Comissão Política de Secção de Celorico da Beira;
- Eleição da Mesa do Plenário da Secção de Celorico da Beira.

Nota:

- 1) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital da Guarda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;
- 2) As urnas estarão abertas das 17 horas às 18h30.

O Presidente da Mesa do Plenário  
(Alexandre Augusto)



### **NÚCLEO DOS TSD DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS**

Ao Abrigo dos Estatutos dos TSD,, artigos 40º e 55º, 56º e 57º conjugado com o Regulamento Eleitoral dos Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Câmara Municipal de Cascais, (CMC), para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2009, das 17h30m às 19h00m, na Sede do PSD de Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do Secretariado do Núcleo dos TSD da Câmara Municipal de Cascais.

Lisboa, 15 de Maio de 2009

Obs: As listas devem estar de acordo com os estatutos e regulamentos eleitorais em vigor.

Pelo Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML

Álvaro de Sousa Carneiro  
(Presidente)